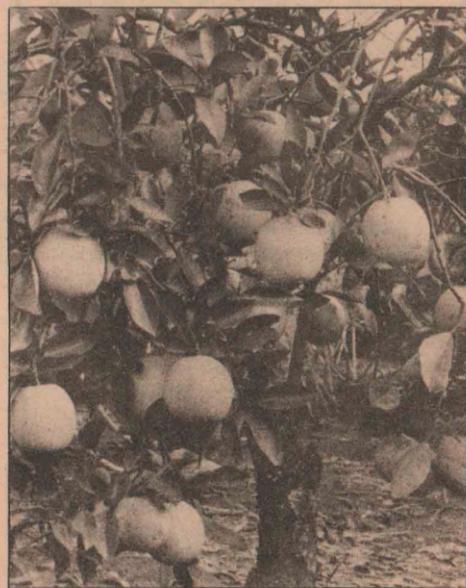




MAIOR ATENÇÃO À LAVOURA DESTE INVERNO

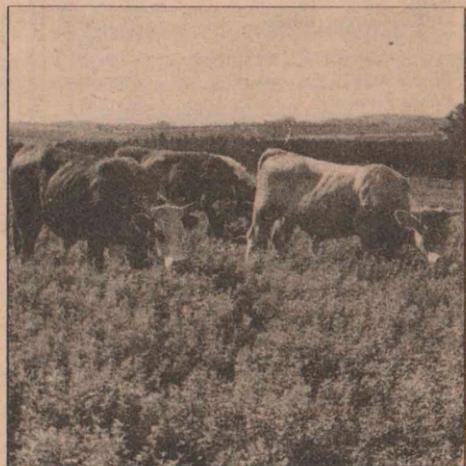
Página 8



Laranja: um mercado para toda a safra

*As indústrias prometem que ninguém
ficará sem vender laranja
este ano, e pretendem comprar toda
a safra para exportar suco.*

Página 6

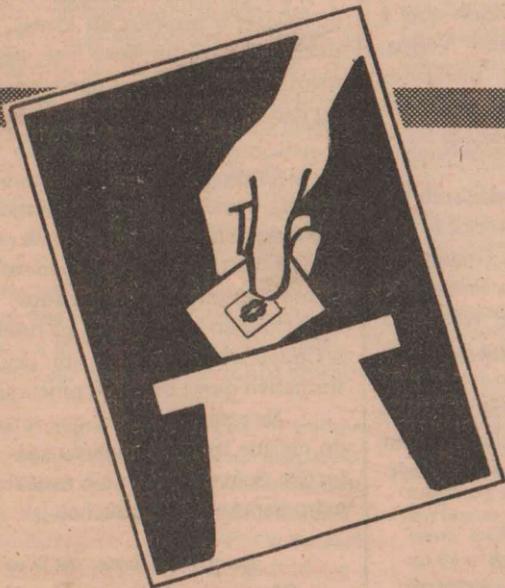


Gado gordo em pastagens consorciadas

*A eficiência do plantio de
gramíneas com leguminosas
pode ser comprovada
pelo ganho de peso
dos animais.*

Página 14

Proagro
Página 5



O ano do plebiscito

*Os associados decidem, pelo "sim" ou pelo "não",
se a atual estrutura do poder deve
ser incorporada aos Estatutos da Cooperativa.*

Páginas centrais

COOPERATIVA REGIONAL
TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros, Vilmar Hengges, Lurdes Froemming, Lotário Deckert.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Roverno Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Leonides Dallabrida, Aquilino Bavaresco, Abu Souto Bicca.

Conselho Fiscal (Suplentes)

Paulino Ângelo Rosa, Delarmando Portolan, Luiz Neri Beschorner.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradinha	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

As recomendações da pesquisa

Os produtores que irão liquidar, nos próximos meses, os financiamentos de custeio das lavouras de verão poderão, em muitos casos, ficar surpresos. Esses foram os primeiros empréstimos liberados de acordo com as novas normas para o Proagro, que incluem - entre outras coisas - a correção monetária sobre o capital. Isso quer dizer que, quando da liquidação, o produtor terá que pagar um valor suplementar ao já descontado como taxa de Proagro, e que pode dobrar este encargo que os bancos chamam de "adicional". Na página 5, uma série de informações poderá contribuir para que o agricultor entenda melhor os mecanismos do Proagro e os custos deste seguro que cada vez mais é questionado.

Se as indústrias cumprirem com o que estão prometendo, esta safra de laranja, que daqui a pouco entra no mercado, irá assegurar bons ganhos aos citricultores. Uma geadada que atingiu os pomares da Flórida, nos Estados Unidos, comprometeu a produção norte-americana por uns cinco anos. Isso, como ocorreu com a soja, acaba beneficiando os exportadores brasileiros de sucos. As indústrias andam atrás de laranja como nunca nos últimos anos, pois é preciso esmagar o máximo, para tirar proveito desta situação. Os preços aos produtores - também conforme estimativas das indústrias - podem ser quatro vezes superiores aos pagos no ano passado. As previsões dos que compram e a expectativa de quem vende estão nas páginas 6 e 7.

Uma série de reuniões programadas pelo Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijornal irá ampliar o debate em torno do plebiscito sobre a Estrutura do Poder na Cooperativa. Esta experiência, que a Cotrijornal adotou com pioneirismo no Estado, pode fazer par-

te dos Estatutos, caso os associados assim venham a decidir no plebiscito que deve acontecer até outubro. Nas páginas centrais desta edição, o Departamento apresenta vários textos, que servirão de base para o debate que acontecerá nas reuniões de núcleos.

Os altos custos de formação das lavouras de inverno andam tirando o sono de muito produtor, mas o que não se pode fazer é deixar de plantar, mesmo que a lavoura de trigo tenha aumentado em mais de 380 por cento e a de aveia em mais de 350 por cento do ano passado para cá. O ideal é manter o solo sempre coberto, seja com trigo, colza, ou aveia ou azevém. Nas páginas 8 e 9 as recomendações técnicas, as opções de culturas de inverno para a região, as forrageiras preferenciais, as melhores consorciações, as novas variedades de trigo recentemente lançadas pela pesquisa e ainda o alerta de que o trigo só volte a ocupar a mesma área três anos depois. A rotação de culturas também é importante na recuperação de solos cansados e desgastados pelo cultivo intensivo do trigo em cima da soja e vice-versa.

Um trabalho que vem sendo realizado no Centro de Treinamento da Cotrijornal desde 1980 vem comprovando que a consorciação de pastagens (no caso gramíneas com leguminosas) não só é capaz de aumentar a receita do produtor, como também permite a recuperação e melhoria da fertilidade do solo. Por outro lado, o gado tem alimento de qualidade durante todo o ano. Os resultados podem ser comprovados pelo ganho de peso dos animais, apresentando uma média histórica de produção de carne em torno de 761 quilos por hectare/ano. Nas páginas 14 e 15.

Do leitor

Gostaria de continuar recebendo o Cotrijornal, pois os assuntos nele contidos são de grande utilidade para a vida profissional. Sem mais, o meu muito obrigado.
*Eng. Agr. Marcus Vinicius de C. Marques
São Jerônimo - RS*

Costumávamos receber o Cotrijornal regularmente, mas já há um bom tempo ele não tem chegado.

Por ser o mesmo um excelente veículo de comunicação rural, gostaríamos imensamente de continuar a recebê-lo, uma vez que não tenha saído de circulação devido ao novo esquema montado com o jornal O Interior.

*Saudações cooperativistas
Coop. Sul-Riograndense de
Laticínios Ltda.
Pelotas - RS*

INVESTIMENTOS

Gostaríamos de receber o Cotrijornal, tendo em vista estarmos iniciando com investimentos no setor agropecuário.

Achamos importante recebermos vossa publicação, pois ela virá somar informações no desempenho de nossas atividades.

*Atenciosamente,
Adolfo Pitz
Divisão Agropecuária
Frahm Ind. e Com. de Rádio S/A
Rua Prof. Wenceslau Borini, 2950
Santa Catarina - RS*

Eu mudei para São Paulo e o meu novo endereço é o seguinte:
Vincent Leclercq
Avenida Vieira de Carvalho 197/9c
01210 - SÃO PAULO - SP
*Vincent Leclercq
Fundação Getúlio Vargas*

O novo endereço do Centro de Estudos Agrícolas (CEA) é o seguinte
Rua da Candelária, 6
20.091 - Centro - Rio de Janeiro
RJ

A Caixa Postal, contudo, que é a geral da Fundação Getúlio Vargas, continua a mesma. Estão instalados no CEA (números provisórios) os seguintes telefones: 233-6195 e 233-6040.

Encaminhamos pela presente o trabalho elaborado pela Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, ACSURS, através de seu Presidente Werner Meincke, no que se refere ao comportamento da suinocultura em 1983 e perspectiva para 1984.

Dentro das possibilidades gostaríamos que o mesmo fosse publicado pelo vosso conceituado e abrangente veículo de informações.

*Cordiais Saudações
Alfredo Ignácio Barth
Secretário Administrativo da ACSURS
Estrela - RS*

BOM TRABALHO

Foi através de contato com outras pessoas que recebi informações a respeito do trabalho realizado pela Cotrijornal em todo o Rio Grande do Sul. Estas pessoas me falaram muito bem do bom trabalho feito por vocês no jornal da Cotrijornal, dizendo que era um informativo completo que leva o nome de Cotrijornal. Como sempre tive a "mania" de saber das coisas boas que existem, tomo a iniciativa de lhes escrever, solicitando informações completas a respeito do jornal. Também queria saber o que devo fazer para ter em mãos estas boas coisas que vocês fazem aí no Rio Grande do Sul.

Como trabalho como professor primário, acredito que o Cotrijornal me auxiliará em muito no meu trabalho. Ficaria bastante grato se pudesse receber alguns exemplares atrasados e uma assinatura do jornal. Aqui na nossa região, a Cooperativa local tem um pequeno informativo que é bastante procurado.

Na expectativa de que serei atendido no que solicito, aguardo suas manifestações. Sem mais, deixo o meu abraço mineiro para todos os gaúchos

*Donizete Gomes da Silva
Diamantina D'Oste - Matelândia
Paraná*



A agricultura e a inflação

A inflação de abril ficou em 8,9 por cento, mas poderia ter sido menor. E por que? Porque os preços dos produtos agrícolas cresceram muito no período, chegando a 17,1 por cento no atacado, encarecendo assim os alimentos no varejo. É assim que a produção primária, especialmente o leite, o tomate e a cebola — segundo os economistas — se transforma no "bicho-papão", na locomotiva que puxa a inflação. Nos últimos 12 meses, de março até o final de abril, a inflação acumulada ficou em 228,9 por cento, e os preços dos produtos agrícolas cresceram 349,5 por cento, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas. É aí que o país enfrenta mais uma das tantas contradições de sua economia. Afinal, os preços razoáveis pagos ao produtor seriam uma forma de compensar a retirada do subsídio ao crédito. Mas quando isso acontece, o mercado interno não consegue absorver as altas, e a inflação cresce. E, para piorar, já se anuncia que o governo pretende controlar as altas dos alimentos através de importações de feijão, arroz, milho e outros produtos. Com maior oferta, os preços caem automaticamente. O agricultor fica, então, sem subsídio e sem preço para o que produz.

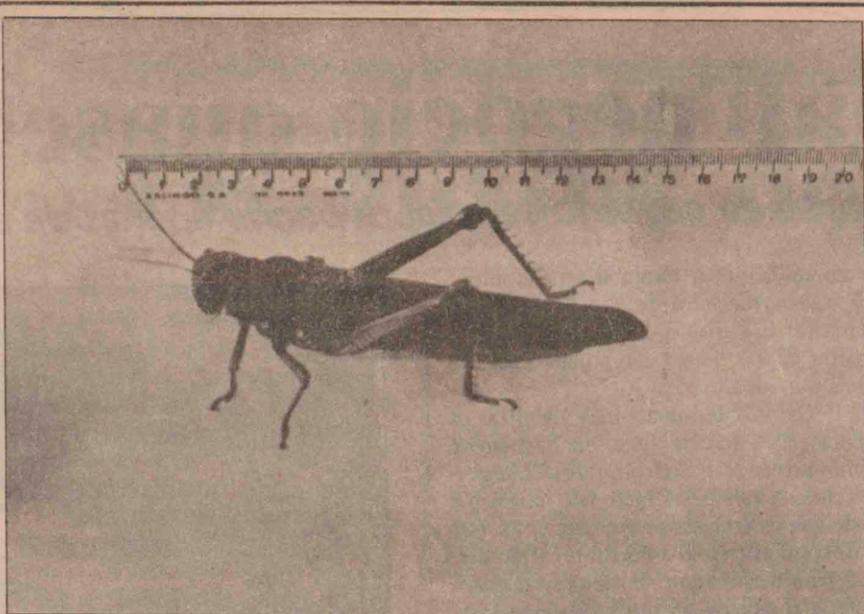
Telefonia rural em D. Pedrito



Os produtores que adquiriram telefones da CCGtel (Cooperativa Central Gaúcha de Telecomunicações), em 1980, em Dom Pedrito, finalmente irão receber os aparelhos. Na época, foram adquiridos 27 telefones, mas o projeto não chegou à sua etapa de execução. Isso chegou a preocupar os produtores, que poderão contar com telefonia rural possivelmente ainda no primeiro semestre deste ano, pois a CCGtel já iniciou a implantação do equipamento necessário.

Além dos 27 aparelhos vendidos, outros 13, que também faziam parte do projeto inicial, estão agora sendo negociados, não só para produtores de Dom Pedrito, mas também de Lavras e Bagé. Segundo Elaine Bruzza, do setor de Comunicação e Educação de Dom Pedrito, estes telefones têm um custo total de 1.200 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), mas quem adquiri-los até o final de maio ganha um desconto de 150 ORTN.

No fim, o telefone sai por Cr\$ 11 milhões e 704 mil cruzeiros, e pode ser pago com 30 por cento de entrada e o saldo quando de sua instalação na propriedade. Elaine ficou encarregada da venda dos aparelhos, e o número de interessados é maior que o de telefones. Não se sabe ainda quando a CCGtel irá executar outro projeto na região que tem Dom Pedrito como núcleo.



O gafanhoto gigante

As nuvens de gafanhotos, que arrasavam com lavouras antigamente, estão na lembrança de poucos, pois a maioria conhece os estragos desta praga por ouvir falar. Só que as nuvens eram formadas por gafanhotos de tamanho normal, bem menores que este da foto acima. Imagine uma nuvem com gafanhotos deste porte, com 13 centímetros de comprimento, do tamanho de uma caneta esferográfica. Este aí foi encontrado numa área do Bairro Lambari, em Ijuí, por Paulo Claudino da Rosa, um guri de 12 anos. O gafanhoto gigante ficou guardado num vidro, por uns dias, no início de abril. Ele até se deixou fotografar, mas depois conseguiu fugir, por um descuido de quem fechou o vidro com um pano. A

intenção era mandar o inseto para o Departamento de Ciências da Fidene, que há pouco tempo examinou outro gafanhoto gigante.

O que se sabe é pouco sobre este achado. As professoras que se encarregaram de estudar o gafanhoto, a pedido de alunos da escolinha Francisco de Assis, também da Fidene, sabem apenas que o inseto é raro. E que também não se trata de uma mutação genética, ou seja, de uma mudança de tamanho como reação do inseto ao meio ambiente, como muita gente andou pensando. De onde então veio o gafanhoto? Em que região ele é encontrado? Vão surgir outros iguais a este? Ninguém em Ijuí soube dar resposta para estas perguntas.

Frete, de novo

O Frete Dois, que tanto deu o que falar anos atrás, volta à ordem do dia. Produtores e industriais do setor leiteiro estarão debatendo mais uma vez o assunto, em São Paulo, dia 24 de abril. O encontro terá na mediação o pessoal da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços. O Frete Dois volta a ser estudado junto com a unificação do preço do leite. Os produtores estão pedindo a extinção das diferenças de valores para leite-consumo e leite-indústria. Esta é uma reivindicação antiga, e os industriais até que admitem uma mudança nas normas atualmente em vigor. Mas para isso teria que ocorrer alteração também na cobrança do Frete Dois, com as indústrias assumindo os custos deste segundo percurso. Hoje, o produtor arca

sozinho o Frete Dois. Mas tem mais. Para que assumam estas despesas e unifiquem os preços pagos ao produtor, os industriais exigem ainda que os reajustes do leite ao consumidor sejam de acordo com os índices de aumentos dos preços dos combustíveis. Assim, segundo eles, não haveria muita diferença entre os aumentos de um e de outro produto. A explicação é esta: para cobrir as despesas com transporte, é preciso que o leite tenha aumentos sempre acompanhando os preços dos derivados do petróleo.



Notas

- O subsídio ao trigo irá, finalmente, deixar de existir em junho. Retirado aos poucos, nos últimos anos, o subsídio ficará a zero, a pedido do FMI, pois representa gastos para o governo. Difícilmente o apelo para que outros produtos, especialmente o milho, sejam subsidiados, deverá ser atendido. Com a medida, a farinha de trigo deverá ter aumento de 50 por cento deixando o pão, as massas e outros produtos ainda mais caros.
- Os alimentos estão custando menos caros em Porto Alegre do que em Ijuí. Na capital, o aumento acumulado dos preços dos alimentos, de janeiro a abril, ficou em 51,51 por cento. Já em Ijuí os reajustes no ano somaram 65,3 por cento. Os dados fazem parte de levantamentos do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e da Criaec, da Fidene.
- A preocupação com a redução nos ganhos oferecidos pelo leite é geral. Em São Paulo, o

governo decidiu terminar com o ICM que incidia sobre o leite tipo B, que vinha sendo vendido a Cr\$ 600,00 o litro. Os produtores pediram e o ICM caiu, baixando o preço para Cr\$ 498,00. Este leite paulista tipo B é destinado aos consumidores de alta renda, e a medida beneficia quem compra e quem vende, pois incrementa a demanda, que vinha caindo.

- No momento em que os pequenos produtores e trabalhadores rurais assalariados discutem o Prev-Rural, uma denúncia chega de Brasília. Cerca de 300 mil agricultores estariam recebendo pensões por aposentadoria sem direito a este meio salário mínimo mensal, pois não teriam completado ainda 65 anos de idade. A Previdência diz ter descoberto a fraude ao constatar que, segundo as estatísticas, o Brasil tem 1 milhão e 400 mil trabalhadores rurais com mais de 65 anos, enquanto que as pensões são pagas a 1 milhão e 700 mil.

Safra de soja, boa surpresa

A produtividade média da soja, na Região Pioneira da Cotrijuí, é uma boa surpresa. O Departamento Técnico havia previsto um rendimento de 1.730 quilos por hectare, logo após o final do plantio, considerando a falta de chuvas. Mesmo que muitas lavouras tenham enfrentado a estiagem no período de germinação ou na fase de desenvolvimento da planta, até o dia 6 de maio a produtividade andava ao redor de 1.820 quilos por hectare.

Esta média pode ter uma queda, até o final da colheita, mas sem expressão. Acontece que no dia 6, quando a colheita foi interrompida pela chuva, ainda não haviam sido colhidos apenas cinco por cento da área total da Pioneira, de 288.400 hectares. As melhores médias foram as das lavouras de ciclo médio, das variedades Bragg, S-4 e BR-4. O diretor técnico, Renato Borges de Medeiros, observa que, historicamente, são estas as variedades mais resistentes ao excesso ou a falta de chuvas.

Outro aspecto importante dessa safra: as áreas atingidas pelos nematódios, que atacam as raízes da soja, não se alastraram este ano, pois o produtor seguiu a recomendação para que fizesse rotação de variedades, principalmente com Bragg, Bossier e Santa Rosa, que são mais resistentes. O que mais continua preocupando, segundo Renato, é a Rizoctonia, doença causada por um fungo que também atinge as raízes da soja. Também neste caso, o combate à doença deve ser feito com a rotação.

No Mato Grosso do Sul, a estiagem causou uma quebra de uns 13 por cento na safra de soja. A produtividade média do Estado deve ficar em torno de 1.700 quilos. Na região abrangida pela Cotrijuí, a queda na produção é prevista em 16 por cento. Segundo Vilmar Hendges, diretor de Operações e Comercialização, a safra de 240 mil toneladas, em 83, deve cair para umas 200 mil toneladas este ano.

Safra recorde, altos custos

A safra de arroz este ano no Rio Grande do Sul deve ser mesmo a maior dos últimos tempos, ficando em 3 milhões de toneladas. Mas isso não diz tudo a respeito da orizicultura gaúcha, pois os produtores estão desde antes da colheita se queixando dos altos custos. Mesmo que venham a receber Cr\$ 14 mil pela saca, em junho, como anda se prevendo, o agricultor não irá ganhar muito com o arroz.

O IRGA — Instituto Riograndense do Arroz, fez um levantamento e concluiu que o custo de um hectare ficou em Cr\$ 996.689,00, considerando-se uma produtividade de 82 sacas por hectare. Isso quer dizer que a saca teve um custo de Cr\$ 12.066,00, ou seja, superior ao preço mínimo em vigor, de Cr\$ 11.200,00. Na formação dos custos do arroz, o que mais pesou foram as despesas financeiras, com 33,79 por cento do total dos gastos para formação da lavoura. Os produtores continuam reivindicando uma correção no preço mínimo, e já anunciam que irão plantar menos arroz, se não forem atendidos.

Terminal: negócio quase fechado

Venda do porto ao governo federal depende apenas de alguns detalhes

Deverá chegar ao fim, possivelmente ainda no primeiro semestre, toda a expectativa que se formou em torno da venda do Terminal Luiz Fogliatto, de Rio Grande. Depois de mais de um ano de gestões junto ao governo federal, a concretização do negócio tomou rumo no dia 25 de abril, em Brasília, quando o ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, recebeu o presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, e o superintendente Clóvis Adriano Farina.

A transação vinha sendo aguardada desde o momento em que a Cotrijuí entendeu que o Terminal já havia cumprido sua missão como investimento que, no início da década de 70, era prioritário para o escoamento da safra. Foi assim que o patrimônio passou a fazer parte do plano de desmobilizações da Cooperativa, mesmo porque desta forma seria possível, para a Cotrijuí, melhor administrar boa parte de sua dívida.

SATISFEITO

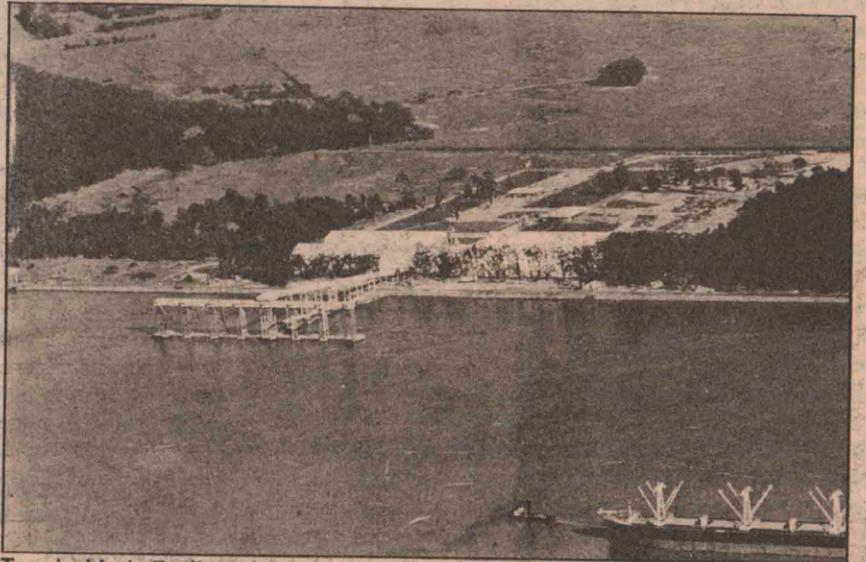
O ministro dos Transportes observou, logo após a reunião do dia 25 em Brasília com a direção da Cotrijuí, que o negócio só oferece vantagens. "Vamos ficar com instalações privilegiadas, de grande flexibilidade", disse Cloraldino Severo,

lembrando que o terminal será acoplado ao outro graneleiro de Rio Grande, pertencente à Portobrás, que deve voltar a operar depois de ter sido atingido por um incêndio, no ano passado.

Os dois terminais irão viabilizar as exportações do complexo soja da maneira como pretende o Ministério dos Transportes. Um detalhe ressaltado pelo ministro é o de que os armazéns e equipamentos que a Cotrijuí entregará à Portobrás serão usados para o embarque de farelos especiais, com alto teor de proteína. As compensações — disse Severo — existem para ambas as partes, o governo federal e a Cotrijuí.

DESDE 1971

O Terminal Luiz Fogliatto foi inaugurado a 25 de julho de 1975, mas vinha funcionando desde 1971. O investimento foi decisivo para as exportações de soja, exatamente no momento do chamado "boom" deste grão no mercado internacional. Com capacidade para armazenar 200 mil toneladas, embarcando até 2.000 toneladas por hora, o porto foi construído, a muito custo, a partir de uma idéia que surgiu no final dos anos 60, quando se notou que o escoamento da produção tinha seu estrangulamento em Rio Grande.



Terminal Luiz Fogliatto irá embarcar farelos especiais

Com recursos do Banco do Brasil, que emprestou Cr\$ 18 milhões na época, e mais verbas dos próprios produtores, o Terminal ficou pronto, apesar de muita gente ter duvidado da capacidade de uma cooperativa levar adiante um plano tão ambicioso. Na primeira metade da década de 70, o graneleiro foi responsável pela

exportação da maior parte da soja gaúcha, e somente depois é que teria, nesta tarefa, a ajuda dos demais terminais. Para que a compra pelo governo seja formalizada, restam apenas alguns detalhes, que devem ser acertados a curto prazo. Estes se relacionam como o valor a ser pago, pois existem diferentes avaliações em estudo.

E mais uma vez a onda de boatos

O Terminal Luiz Fogliatto apareceu com frequência nas páginas dos jornais não só no final de abril, quando se encaminharam as gestões para negociação com o Ministério dos Transportes. Antes, no início do mês, parte da imprensa se ocupou de assunto que, a princípio, parecia comprometer a imagem da Cotrijuí. Desta vez, as notícias envolviam denúncias sobre a baixa qualidade do farelo de soja embarcado em Rio Grande e diferenças de peso de carregamentos, que estariam prejudicando importadores europeus.

As acusações foram, é claro, logo dirigidas ao Terminal, pois dali teriam saído as cargas com pesos inferiores aos contratados e farelo com excesso de areia e misturas, como casca de arroz, caulim e até sabugo de milho, além de baixo teor

de proteínas. Os pesos a menos estariam também — segundo estas informações — relacionadas com irregularidades nas balanças do Terminal. Mas não foi difícil para a Cotrijuí apresentar argumentos que logo obrigaram os jornais a buscar outras explicações para o que vinha ocorrendo com as exportações de farelo.

SEM PROVAS

O próprio Instituto Nacional de Pesos e Medidas se encarregou de anunciar que as prováveis fraudes na pesagem não estavam comprovadas. E logo depois documentos do Dprec — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, apresentados à imprensa, colocavam a Cotrijuí na condição de vítima das irregularidades constatadas quanto à má qualidade do farelo. Tudo isso aconteceu ao mesmo tempo em que o presidente Ruben Ilgenfritz

da Silva colocava o Terminal à disposição das autoridades e dos que pretendessem averiguar sua situação.

O Terminal Luiz Fogliatto vem embarcando há cerca de um ano toda a soja do Estado destinada ao exterior, em função do incêndio que atingiu o terminal da Portobrás. Assim, a Cooperativa recebeu cargas das mais variadas origens, como prestadora de serviços, através do porto de Rio Grande. Somente em 83, atracaram no porto nada menos de 164 navios, que carregaram 3,5 milhões de toneladas de soja e farelo. A Cooperativa poderia ser responsabilizada pela qualidade deste produto?

DOCUMENTOS

Os documentos do Dprec passados à imprensa mostram que não. Primeiro, porque o terminal não tem poder de fiscalização sobre o produto que recebe dos exportadores. Assim é que o farelo de má qualidade acaba sendo misturado ao produto que obedece as normas internacionais. O mais importante, no entanto, é que o Dprec relaciona, em seus laudos sobre produto encaminhado a Rio Grande, as empresas que teriam misturado excesso

de impurezas no farelo. E, entre estas, não consta o nome da Cotrijuí.

Também é interessante outro dado revelado pelo mesmo Departamento: 50 por cento do farelo que chega a Rio Grande são transportados por chatas, pela Lagoa dos Patos. Deste total, cerca de 40 por cento são embarcados diretamente nos navios, sem passar pelos armazéns do Terminal, e com atestados de peso e qualidade expedidos na origem. O Dprec explica ainda que o Terminal termina sendo apontado como responsável pelas irregularidades em função destas cargas serem, algumas vezes, completadas com produto armazenado e de boa qualidade.

O ministro da Agricultura, Nestor Jost, vem acompanhando este caso desde o momento em que as notícias ganharam manchetes na imprensa, e é certo que os órgãos encarregados da fiscalização não esclarecerão as denúncias. As acusações — a exemplo de outras que foram tornadas públicas de forma quase sistemática — estão longe, também desta vez, de comprometer a Cotrijuí ou o sistema cooperativista como um todo.

PLANO COOPERATIVO DE SAÚDE

A COTRIJUI comunica a seus associados que no período de 10 de junho a 31 de julho estarão abertas as inscrições para participação no Plano Cooperativo de Saúde UNIMED — COTRIJUI.

O Plano oferece ampla assistência médica e hospitalar com direito do usuário escolher hospitais, médicos, laboratórios e clínicas de sua confiança nos 20 municípios da área de ação da UNIMED, que conta com 200 médicos, 24 hospitais e 26 laboratórios.

O Plano oferece aos seus usuários os seguintes atendimentos:

1 — Consultas com todos os médicos da área pioneira da COTRIJUI, num total de 146 médicos, abrangendo todas as especialidades; 2 — Exames de laboratório: atendimento por 19 laboratórios; 3 — Exames especializados (eletrocardiogramas, eletroencefalogramas, coloscópias, endoscópias, etc.); 4 — Fisioterapia; 5 — Realização de exames de Raios X; 6 — Atendimento de urgência diretamente nos pronto-socorros; 7 — Hospitalizações em quarto semi-privativo ou privativo, englobando todas as áreas médicas: clínica médica, cirurgia e obstetrícia (partos e cesareanas); 8 — Medicamentos hospitalares.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

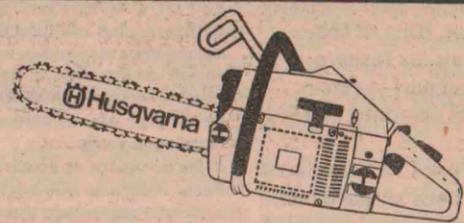
Os usuários poderão utilizar a assistência odontológica, pelo Sistema de Serviços Prestados, pagando os serviços pelo custo da Tabela da UNIMED.

O sistema funcionará da seguinte maneira:

1 — o usuário, de posse da Carteira de Beneficiário da UNIMED, se dirigirá ao dentista de sua escolha, que fará o orçamento do tratamento a ser realizado; 2 — de posse do orçamento, o usuário se dirigirá à UNIMED onde pagará previamente o custo orçado.

É de salientar o atendimento médico e odontológico em regime de clínica particular, nos próprios consultórios dos médicos e odontólogos.

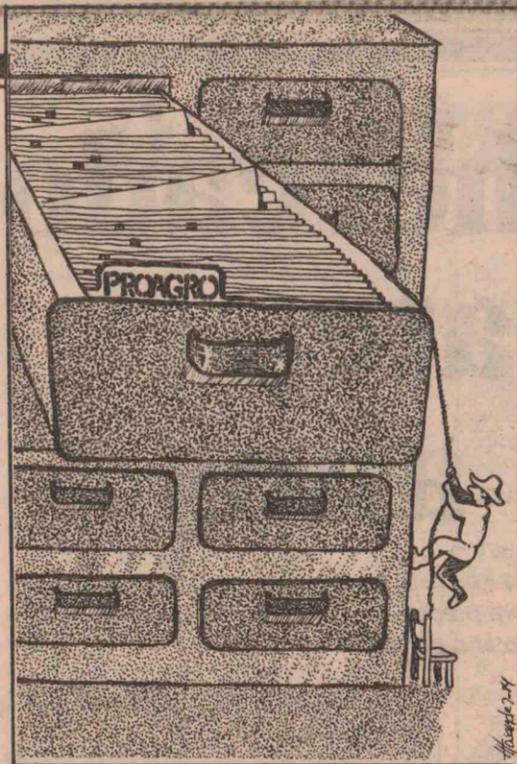
Husqvarna



Pergunte a um profissional

(0512) 49-5955

Os custos do seguro



O Proagro pode dar, de acordo com as regras que vigoram ainda para a safra de inverno deste ano, cobertura total ou parcial ao volume de dinheiro aplicado na lavoura. Além da cobertura de 100 por cento, o produtor pode optar pelas garantias parciais de 90 e 80 por cento, pagando pelo seguro taxas também variáveis, de acordo com a faixa escolhida. Este mesmo critério é válido não só para os financiamentos de custeio, mas também para investimentos. A diferença é que para investimentos o seguro já vinha sendo optativo.

Por decisão do Conselho Monetário Nacional, o Proagro deixará de ser obrigatório, possivelmente a partir da próxima lavoura de verão. A medida foi adotada na reunião do dia 5 de abril, quando o CMN também definiu novos critérios para aplicação em crédito rural de recursos dos bancos particulares. Até agora, pouco se sabe dos detalhes desta inovação que deixa por conta do produtor a decisão de contar ou não com o seguro agrícola, pois ela não foi ainda regulamentada. Enquanto a regulamentação não sai, vale a pena dar uma olhada mais de perto nas normas que vigoram para a safra de inverno, e que são desconhecidas por boa parte dos produtores. Poucos sabem, por exemplo, que o capital segurado sofre correção monetária, e que no fim do contrato a taxa a ser paga pode até dobrar de valor, em relação ao que foi fixado quando da liberação da verba. Estas normas já vigoraram, aliás, na última safra de verão, quando passaram despercebidas para muita gente.

A cobertura pode ser feita sobre o total aplicado, considerando o crédito liberado pelo banco (financiamento), mais recursos próprios e a correção monetária, como explica o supervisor interino da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil em Ijuí, Jorge Tissot. A cobertura sobre os recursos próprios é optativa, não é obrigatória. A partir da escolha da faixa de cobertura, é que se define então a taxa a ser paga pelo seguro. Um produtor que nunca precisou recorrer ao Proagro, por exemplo, paga apenas um por cento como taxa, se a cobertura for de 80 por cento do total de dinheiro aplicado na lavoura (veja a tabela abaixo).

Este mesmo produtor, que nunca se utilizou de Proagro, pagará 3 por cento sobre o total, se optar pela cobertura de 100 por cento. A taxa mais alta é a de 18,50 por cento, para quem já se utilizou três vezes do Proagro, em função de frustração de safras, e pretende agora fazer a opção pela cobertura de 100 por cento. O que se nota, então, é que o produtor pagará taxas sempre mais elevadas, se escolher a maior cobertura. E estas taxas se-

rão igualmente crescentes, de acordo com o número de vezes que ele teve de recorrer ao Proagro em safras anteriores.

CONTROVÉRSIAS

O Proagro existe como garantia de que o dinheiro tomado como empréstimo será devolvido ao banco, mesmo que a safra seja total ou parcialmente frustrada. A solicitação, para liberação da cobertura, pode assim ser feita sempre que o produtor chegar à conclusão de que não terá recursos suficientes para liquidar a dívida. Nem sempre, contudo, a frustração fica comprovada com facilidade, e para isso existe a perícia, que às vezes se envolve em controvérsias. Em 81, foi a perícia que dirigiu uma acusação a muitos produtores, que teriam plantado áreas de trigo inferiores às declaradas quando da contratação dos financiamentos.

Jorge Tissot lembra que este episódio, que deu muito o que falar, já foi superado. Ele também observa que do total de pedidos de Proagro encaminhados à agência de Ijuí apenas uns 10 por cento, em média, não são atendidos. Afinal, as causas de frustrações de safra são quase sempre as mesmas (excesso de chuvas, geada, seca), e poucos produtores terminam perdendo o Proagro por desleixo.



Tissot: 82 foi ano de muito Proagro

Nos 10 por cento que não são atendidos estão os produtores que chegam a fazer estimativas de quebra que não se confirmam, e depois colhem o suficiente para pagar o banco.

OS CRITÉRIOS

Para calcular o valor a ser indenizado, o banco leva em conta a sobra a ser comercializada, a parte salva da safra, multiplicando o número de sacas a serem colhidas pelo preço mínimo do produto. Daí é que se chega à parte que fica a descoberto, e que é indenizada pelo Proagro. O produtor de soja, por exemplo, pode vender o produto acima do preço mínimo, mas o cálculo levará sempre em conta o mínimo como referência. No caso do trigo, o produto com PH abaixo de 71, vendido com preço inferior ao mínimo, será considerado, desde que se comprove que o mesmo foi comercializado como trigoilho.

A agência não dispõe de dados que mostrem a evolução do volume de dinheiro liberado como Proagro em Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba, que estão na sua área de ação. Mas só em 1982 a safra de inverno pegou Cr\$ 1 bilhão e 300 milhões, em função da frustração do trigo, que provocou a liberação de 3.400 pedidos de Proagro. Em 83, o número de pedidos caiu para 430, também para lavouras de inverno.

As lavouras de verão pouco exigem do Proagro, mesmo em anos com excesso de chuvas ou seca, pois geralmente as perdas não são tão expressivas e é melhor comercializar o que foi colhido do que recorrer ao seguro. Este ano, a agência atendeu somente 20 pedidos, referentes a soja e milho. O Proagro para investimentos (máquina e benfeitorias) é raramente contratado, e não houve até agora na agência nenhum caso de liberação do seguro para este fim.

De conta em conta, a taxa a pagar

Poucos produtores sabem como funciona realmente o mecanismo para cálculo do Proagro, desde o desconto da taxa a ser paga até a indenização. A coisa é de fato complicada, e por isso Jorge Tissot se dispôs a fazer umas contas, a partir de um exemplo concreto, para que se dê uma idéia de como os critérios funcionam na prática. Este exemplo leva em consideração um produtor que tenha direito a um VBC total de Cr\$ 10 milhões, e que pegará 90 por cento do custeio, como é previsto no seu caso, ou seja, Cr\$ 9 milhões.

1) Vamos supor que este produtor já tenha recebido anos atrás uma indenização do Proagro, e que escolha a cobertura de 90 por cento do valor a ser financiado, optando também pela cobertura dos recursos próprios, igualmente sobre 90 por cento. Ele terá direito a Proagro sobre Cr\$ 8.100.000,00, que são os 90 por cento do financiamento de Cr\$ 9 milhões, e sobre Cr\$ 900 mil, que são os 90 por cento dos recursos próprios de Cr\$ 1 milhão.

2) Como o produtor já recorreu uma vez ao Proagro, ele cai na faixa dos que terão de pagar 3,5 por cento de taxa para o banco (veja a tabela). Isso quer dizer que ele pagará Cr\$ 283.500,00 sobre os Cr\$ 8.100.000,00 do financiamento,

e mais Cr\$ 31.500,00 sobre os Cr\$ 900 mil dos recursos próprios. No total, o desconto por conta da taxa do Proagro fica em Cr\$ 315 mil. Este valor é descontado ao mesmo tempo em que acontece a liberação dos recursos.

3) Mas o produtor não irá pagar somente os Cr\$ 315 mil, como taxa para os Cr\$ 9 milhões que foram segurados. Acontece que há correção monetária sobre o capital, até a amortização do débito, até o final do contrato. Esta correção varia de mês a mês, mas pela média que vem mantendo pode fazer com que, nuns oito meses de contrato, seja dobrado o valor do capital. Calculando-se então mais 3,5 por cento sobre esta correção monetária, e utilizando-se como exemplo que a correção chegue a Cr\$ 10 milhões,

o produtor terá que pagar mais Cr\$ 315 mil ao final do contrato. O cálculo aí é feito sobre 90 por cento da correção, que são Cr\$ 9 milhões, considerando-se sempre um valor projetado de acordo com estimativas baseadas na média mensal da correção monetária. No fim, a taxa fica na verdade em Cr\$ 630 mil, dobrando de valor em relação ao que foi pago inicialmente, pois o capital também se multiplicou por dois, em função da correção.

4) Este detalhe da correção é ignorado por muita gente, mas dá pra notar que pesa bastante na fixação da taxa do Proagro, que o Banco chama de "adicional". É importante também que o produtor saiba que este adicional é calculado a cada semestre e debitado. No dia 30 de junho será debitada a primeira parcela,

com a correção acumulada até aquela data, contando o tempo desde a liberação do crédito. Se esta primeira parcela não é saldada no final de junho, o Banco põe juro sobre juro, até o final do contrato ou liquidação do débito. No dia 31 de dezembro, será debitada a segunda parcela da correção, e é provável que até lá, caso não tenha sido saldada antes, a primeira parcela dobre de valor. O exemplo citado acima, que resulta numa taxa de Cr\$ 630 mil, leva em conta o total acumulado, desde que não haja atraso no pagamento da primeira parcela.

5) Se o produtor entende que não irá colher o suficiente para pagar o Banco, pede cobertura de Proagro e a lavoura passa então pela vistoria da perícia. Para calcular a indenização, o Banco multiplica o número de sacas que ainda podem ser colhidas pelo preço mínimo do produto. A parte que fica sem cobertura, para saldar o débito com o banco, é indenizada. Se o produtor conseguir vender a sobra da safra frustrada por preço superior ao mínimo, melhor para ele, pois o Banco continuará se baseando no preço mínimo para calcular a indenização. O que for conseguido a mais, como pode acontecer com a soja e o milho, é "lucro" para o produtor.

AS FAIXAS E AS TAXAS COBRADAS DO PRODUTOR

Cobertura calculado sobre o valor do crédito mais recursos próprios mais correção monetária	Taxa do adicional do Proagro (em função do nº de indenizações e do percentual de cobertura)			
	INDENIZAÇÕES			
	0	1	2	3
80%	1,00%	2,00%	7,50%	11,00%
90%	2,00%	3,50%	10,00%	15,00%
100%	3,00%	5,00%	12,00%	18,50%



LARANJA

Em São Paulo, grupos de citricultores estão sendo formados para investir na instalação de agroindústrias. Também os fortes empresários, que buscam hoje alternativas para aplicação segura de dinheiro, já estão executando projetos para esmagamento das próximas safras. Estes investimentos têm um objetivo: aproveitar ao máximo, se possível até o final da década, os lucros que a laranja pode oferecer. Tudo porque a produção americana está ameaçada, e sobra espaço no mercado inclusive para os produtores que vendem "pingado", em pequenas quantidades, como acontece na Região Pioneira da Cotrijuí.

É claro que o produtor somente irá se dispor a "arrancar laranjas" se os preços forem de fato compensadores. E as previsões indicam nesta direção, com ofertas de compra que talvez multipliquem por quatro os valores praticados em 83. Agora, no final de maio e início de junho, quando a safra gaúcha começa a entrar no mercado, é que estas ofertas irão mesmo se definir, mas é quase certo que a

remuneração garantirá uma boa receita extra para quem tiver laranja para vender.

CONSULTAS

A movimentação da safra na Região dura em torno de um mês e meio, e exige bastante do pessoal do entreposto de hortigranjeiros da Cotrijuí, em Ijuí. No início de abril, enquanto fazia contatos com compradores, para avaliar as perspectivas de preços, o gerente do entreposto, Nelci Baroni, também arriscava algumas estimativas sobre o volume de laranja que poderá receber este ano. Em 83, ele comprou umas 220 toneladas, e é possível que esta quantidade seja superada desta vez.

Metade desta produção entregue à Cotrijuí vem do município de Tenente Portela, o maior produtor na Pioneira. O restante é recolhido, em cada uma das unidades, e depois encaminhado ao entreposto, que vende a laranja à Suvalan, uma indústria de sucos de Bento Gonçalves. Tenente Portela, por receber a maior parte, encaminha o produto direto à indústria, que deverá adquirir este ano qualquer quantidade de laranja, para atender a demanda.

Um mercado para até cinco anos

Na primeira safra após a geada nos Estados Unidos, as indústrias prometem preços quatro vezes superiores aos do ano passado

PREVISÕES

São poucos os produtores da Pioneira que têm grandes volumes de laranja para colher, e por isso a entrega é pingada. A laranja chega de tudo que é jeito, em caixas, sacos plásticos, bolsas, trazidas aos poucos. Este produtor, que tem um pequeno pomar, somente vê vantagem em fazer a colheita se os preços forem realmente vantajosos, como observa Baroni. Se não for assim, a pequena quantidade não compensa o trabalho e boa parte da safra, fora o que é consumido em casa, termina ficando no pé.

Os preços pagos oscilam bastante, durante o ano, principalmente na entressafra, no verão, mas na época da colheita que se inicia daqui a pouco se mantêm mais ou menos estáveis. O gerente do entreposto andou pesquisando com compradores, sobre os possíveis valores a serem pagos, e já tem alguns números como referência. O produtor que entregar a fruta para indústria poderá receber até Cr\$ 1.000,00 pela caixa de 25 quilos (laranja

comum), contra os Cr\$ 240,00 pagos no ano passado.

400 POR CENTO

A laranja comum para comércio, vendida no varejo, pode atingir até Cr\$ 2.500,00, também a caixa de 25 quilos, que em 83 o produtor entregou por Cr\$ 700,00. A diferença entre os preços para indústria e comércio pode ser explicada. A laranja para indústria é aquela entregue em grandes volumes, e não precisa ser uma laranja bonita. A fruta para o comércio é mais escolhida, tem melhor aspecto, e por isso vale mais, pois será vendida no varejo.

De qualquer forma, nos dois casos os preços poderão dar um salto significativo, de 416 por cento para a laranja destinada à indústria, e de 357 por cento para o produto que será vendido no varejo. Estas estimativas são feitas em torno de previsões que Baroni conseguiu do pessoal que lida com cítricos na região de Taquari, tradicional produtora do Estado, e dependerão, é claro, de confirmação na época em que a safra entrar no mercado.

Ruim para os EUA, bom para o Brasil

Comprar laranjas, no último verão, deixou de ser um hábito para muita gente. A fruta da entressafra, vinda de fora, estava custando nada menos de Cr\$ 90,00 a unidade, em janeiro, para o consumidor. Um ano antes, a laranja valia Cr\$ 16,00 no varejo, conforme dados levantados pelo pesquisador de mercado João Paulo Manfio, da Criaec — Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas da Fidene, de Ijuí. E tudo por causa da geada nos Estados Unidos, no final de 83, que terminou supervalorizando o produto brasileiro.

A geada atingiu os pomares da Flórida e vai comprometer as safras dos americanos pelo menos por cinco anos, segundo estimativas feitas por uma comissão de técnicos em citricultura, de São Paulo, que esteve recentemente nos Estados Unidos. Acontece que o suco de laranja é produto de exportação, e esta quebra nos EUA se reflete no comportamento do mercado, como acontece com a soja. A corrida provocada pelas altas nos preços, no final de 83, fez com que as indústrias brasileiras se preocupassem em garantir estoques para vender ainda mais.

DESCONTENTES

Em São Paulo, os esmagadores saí-



Baroni: precisamos de uma agroindústria

ram a comprar laranja antes da safra, no início deste ano, pagando Cr\$ 3 mil pela caixa de 40 quilos. A laranja ainda está no pé, e os produtores sentem agora que fizeram um negócio que, hoje, poderia ser ainda melhor. Agora, os citricultores reclamam que as indústrias estão ganhando muito com as exportações, e exigem uma correção nos Cr\$ 3 mil garantidos antecipadamente, mesmo que tenham recebido um adiantamento de Cr\$ 1 mil por caixa.

Só que, a exemplo do que aconteceu com a soja no final de 83, quando houve o pique nos preços da laranja, o produtor brasileiro tinha muito pouco a vender. Os dados levantados pela Criaec em Ijuí mostram que no varejo a laranja teve um aumento de 462 por cento durante o ano passado. Somente em janeiro de 84, a caixa de 25 quilos teve um reajuste de 125 por cento, quando a falta da fruta é acentuada e, é claro, os preços tendem a subir.

DESPERDÍCIO

No início de abril, a laranja de umbigo — que é a que mais existe em oferta nesta época — estava em torno de Cr\$ 70,00 a unidade. Este tipo de laranja, que é vendido mais no varejo, tem melhor preço porque é um produto com bom tamanho e boa aparência. Quem tiver laranja de umbigo para vender este ano pode receber até Cr\$ 3.500,00 pela caixa, contra os Cr\$ 900,00 pagos no ano passado, de acordo também com estimativas feitas na região de Taquari.

Se os bons preços persistirem durante os próximos anos, como se anuncia, muitos produtores ocuparão a família na colheita do que for possível, mas mesmo

assim muita laranja deverá murchar no pé. Segundo Nelci Baroni, a motivação, para que a citricultura seja de fato valorizada, ainda depende da instalação de uma agroindústria na região. Afinal, segundo ele, o Planato Médio e Missões devem produzir por ano algo em torno de 100 mil toneladas de laranja, e muita coisa é desperdiçada.

A EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

Meses	Cr\$/Caixa de 20 quilos
Abril/83	834,00
Maio	1.007,00
Junho	816,00
Julho	1.793,00
Agosto	1.239,00
Setembro	1.439,00
Outubro	1.283,00
Novembro	1.538,00
Dezembro	2.493,00
Janeiro/84	4.492,00
Fevereiro	6.174,00
Março	7.378,00
Abril	4.127,00

* Preços médios, pagos pelo entreposto da Cotrijuí a produtores e outros fornecedores.

A safra que vem de Portela

Tenente Portela, tradicional produtor de cítricos, deve colher este ano uma boa safra de laranja, com a entrada de frutas de pomares novos, implantados através de projeto desenvolvido pela Cotrijuí. Estes pomares variam de um a dois hectares e foram formados a partir de 1978, com as variedades Valência, uma laranja nobre, e Mont Parnaso, de umbigo. Alguns produtores irão colher agora a terceira safra, mas outros farão sua estréia como citricultores este ano.

Este é o caso de Edgar Lauro Primo, que implantou um pomar com 800 mudas de laranja de umbigo, há cinco anos, nuns dois hectares de uma área total de 18 hectares, onde planta em Derrubadas. Edgar pegou um financiamento de Cr\$ 46 mil, a juro de 15 por cento, e paga em julho a última prestação, de apenas Cr\$ 11 mil por ano. A área ocupada pelo pomar também rendeu, nos últimos anos, algumas sacas de soja, feijão, arroz e amendoim, plantados entre as linhas.

Este ano ele colheu 40 sacas de soja dentro do pomar, e a receita será agora completada com os 2 mil quilos de laranja que espera entregar à Cotrijuí. O terreno ocupado por pés de laranjeira está longe de ser uma área desperdiçada, como observa Edgar, que levou fé na citricultura por achar que "isso também seria um bom negócio". Na colheita, ele terá a ajuda da mulher, dona Maria, e espera, na hora de vender, uns Cr\$ 100,00 por quilo, que considera um bom preço.

COISA RARA

Na localidade de São Pedro, Alécio Fontaniva colhe sua segunda safra de laranja de um pomar de 300 pés da variedade Valência, e está cada vez mais entusiasmado. Em 83, a safra rendeu 3 mil quilos, vendidos a Cr\$ 40,00 cada, e agora ele espera colher de 9 a 10 mil quilos, aguardando um preço ao redor de Cr\$ 150,00. O pomar foi implantado com recursos de um financiamento de Cr\$ 21 mil, também a juros de 15 por cento. "Com uma bolsa de soja — diz seu Fontaniva — eu poderia liquidar o empréstimo

agora".

Ele sempre gostou de lidar com frutas, e se entusiasmou com a idéia de que a laranja poderia, ao mesmo tempo, garantir uma boa receita. "Esta atividade poderia deixar de ser uma raridade, se todos tivessem um pomar em casa, por menor que fosse", diz o produtor, que também aproveita os espaços entre as linhas para plantar soja, feijão, arroz, aveia e outras culturas. No ano passado, ele teve a ajuda da mulher, dona Ilena, e da filha Inês Teresinha, na colheita, e agora vai contar também com o auxílio do filho Dirceu.

Os pés de laranja cresceram bastante, de um ano para o outro, e a colheita terá que ser feita com a ajuda de escadas, "para que nenhum galho seja quebrado". Seu Fontaniva, que tem uma área total de 12,7 hectares, acha que numa semana este trabalho pode estar concluído. "Eu acredito — diz ele — que a citricultura será cada vez mais compensadora e uma excelente opção para que se consiga um ganho extra, especialmente num momento de safra ruim".

Além do seu Fontaniva e de Edgar Primo, outros quatro produtores com pomares novos entregam sua safra este ano, enquanto oito, do mesmo projeto, ainda não estão colhendo laranja. Será difícil, contudo, conseguir a formação de novos pomares com áreas de um a dois hectares, a partir de agora, como reconhecem os técnicos agrícolas Sérgio Alberto Didone e João Benício Flores. Afinal, os custos do financiamento são outros, com os altos juros. A saída é a formação de pequenos pomares, uns próximos dos outros, sem custeio financiado.

SEM SEGREDOS

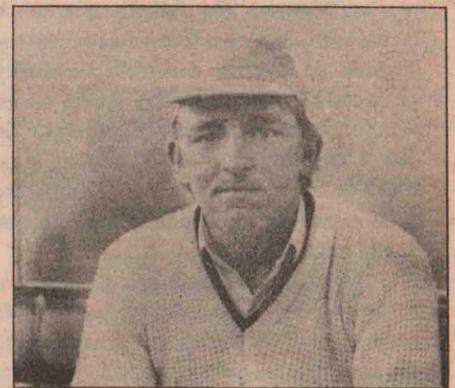
A formação de pomares em grandes áreas também é desaconselhada por Vanderlei Megier, de Ijuí, para quem a implantação é muito cara, e não deixa por menos de Cr\$ 3 mil o custo de cada muda. Vanderlei cuida com o pai, seu Francisco, e com o irmão, Osmar, de um dos maiores pomares de Ijuí, localizado em



Fontaniva: todos deveriam ter um pomar, por menor que fosse



Edgar: plantando soja entre as linhas



Vanderlei: investimento hoje custa caro

Povoado Santana, onde há uns 4.500 pés de laranjeiras comum e das variedades Natal, Doce, Salete e Valência, além de bergamoteiras. A citricultura foi iniciada por seu Francisco, há 25 anos, e depois passou aos cuidados dos filhos.

"Nada mais é segredo para mim", diz Vanderlei, que em 83 vendeu perto de 2 mil caixas de 22 quilos de laranja, mas perdeu quase a metade da produção por falta de mercado. Ele conseguiu um preço médio ao redor de Cr\$ 800,00 por caixa. Este ano, já comercializou 200 caixas a Cr\$ 5 mil e outras 300 a Cr\$ 3 mil. O pomar da família Megier já teve 2 mil pés de pêssego, ameixa e maçã, e mais uns 2 mil

pés de figo, que foram substituídos — em função de doenças — apenas pelos cítricos.

A trabalhadeira com a atividade é grande, segundo Vanderlei, que lida com frutas desde os 12 anos. Para ele, o maior obstáculo, para quem pretende entrar agora nesta área, é a demora do retorno do investimento, pois a primeira safra é conseguida somente uns quatro anos depois. Ele até acredita que a área do pomar seria melhor aproveitada com soja, milho ou mesmo apim, por entender que os preços, de qualquer forma, não compensam muito a lida e os custos da citricultura.

A indústria promete comprar tudo

Comprar o que for possível, para tirar o máximo de proveito do bom momento para o suco de laranja. É nisso que as indústrias estão investindo nesta safra, como faz a Suvalan — Companhia de Produtos de Frutas, de Bento Gonçalves. A fábrica pertence à Souza Cruz, e no ano passado esmagou 20 milhões e 300 mil quilos de laranja. Este ano, pretende absorver até 25 milhões de quilos, contando com a quantidade de fruta em oferta especialmente na região da Serra, onde as geadas registradas em 83 comprometeram a colheita deste ano.

Para atender à sua capacidade de esmagamento, a Suvalan recorre então a outras regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, comprando tudo o que há para comprar. No início de abril, dois compradores da fábrica estiveram em Ijuí, para definir a participação da Região Pioneira nestas aquisições, e não deixaram por menos. "Esperamos desta região, no mínimo, mil toneladas de laranja", afirmaram os compradores, Vilmor Carbonera e Moacir Nardi.

Eles estão certos de que o preço a ser pago ao produtor, pela caixa de 25 quilos, ficará bem acima dos Cr\$ 1 mil, e

garantem que a fruta terá preços razoáveis durante um bom tempo. A Suvalan não investe, contudo, apenas na compra do que for possível adquirir de imediato. A indústria pensa mais longe, através de um projeto de fomento da citricultura, que prevê, para os próximos anos, a distribuição de 3 milhões de mudas de laranjeiras a produtores de várias regiões.

PRODUÇÃO CATIVA

Este plano funciona mais ou menos como os projetos integrados de aves e suínos. O produtor recebe as mudas, para pomares que não tenham menos de um hectare, ganham assistência técnica e se comprometem a entregar a fruta à indústria. Quando os pés começam a produzir, eles ficam na obrigação de vender à Suvalan pelo menos 12 quilos e meio de laranja de cada muda. Esta é a forma de pagamento encontrada pela fábrica, que tem a vantagem de contar assim com uma produção cativa, sempre garantida.

E tudo isso porque é preciso muita laranja para atender à demanda, pois as indústrias estão apostando tudo neste bom mercado aberto com a frustração das próximas safras nos Estados Unidos. Hoje, os exportadores pouco têm para



Vilmor e Moacir: Suvalan estimula também a renovação dos pomares

vender, mas em junho, com a nova safra, os negócios serão retomados. A Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) assegurará atualmente um preço mínimo de 1.450 dólares pela tonelada de suco exportada. Em junho, este preço deve ser corrigido.

15 GRUPOS

O governo exerce um forte controle na comercialização da laranja, com a fixação de quotas para exportação e preço mínimo. O diretor da Cacex, Carlos Viacava, defende a manutenção deste acom-

panhamento, principalmente quando da entrada da nova safra, e explica porque: o setor é dominado no Brasil por apenas 15 indústrias.

Se não houver controle, a situação fica frouxa e estes grupos se sentem à vontade, inclusive para estabelecer a remuneração do produtor de acordo com seus interesses. Em São Paulo, aliás, os produtores já estão se queixando: as indústrias estariam sugando do citricultor boa parte dos ganhos que eles poderiam obter com o estouro nos preços da laranja.

As recomendações técnicas para a lavoura deste ano

O planejamento da produção, o uso de um manejo adequado para o solo e as opções para a lavoura de inverno estão sendo colocados em discussão pelo Departamento Agrotécnico da Cotrijuí. As discussões estão envolvendo produtores da Região Pioneira, através do Seminário de Culturas Alternativas.



O aumento no custo de produção da lavoura de trigo na safra/84 foi de 383 por cento

A falta de verba suficiente para o custeio das lavouras, o corte nos subsídios, a alta exagerada nos preços dos insumos e os baixos valores fixados para os preços mínimos são fatores que certamente vão determinar uma redução nas lavouras de inverno, deixando a estimativa inicial de plantio muito aquém do esperado. A área ociosa-deverá ser maior do que a registrada em 1983, quando a lavoura de trigo, cultura de maior expressão no inverno, alcançou pouco mais do que 81 mil hectares.

Os custos de produção estão pesando bastante na formação das lavouras de inverno. O trigo (ver tabela abaixo), teve um aumento no custo de produção na safra/84 em relação a safra/83, de 383,39 por cento. A estimativa de preço oficial para a época de comercialização (dezembro), é de 250,94 por cento superior ao ano anterior. O custo de produção da lavoura de aveia teve um aumento de 351,94 por cento em relação a safra/83.

Com relação aos VBCs, tem-se observado uma redução no montante de custeio necessário para o estabelecimento das lavouras na ordem de 64 por cento, quase 10 por cento a menos do que o estabelecido para a safra/83 (75 por cento).

Para a colza e a linhaça, culturas que não são amparadas pela política de VBCs, a verba oficial de custeio será correspondente a 40 por cento da receita estimada, que tem como base, para cálculo, a produtividade média e o preço a ser pago ao produto na época da comercialização.

O trigo deve ser considerado como apenas mais uma alternativa de ocupação do solo no inverno. O ideal é que ocupe, no máximo, 25 por cento da área útil, mesmo que seja, dentro de todas as alternativas, aquela de mercado mais estável e seguro.

TRIGO

A primeira recomendação é de que o trigo só volte a ocupar a mesma área depois de no mínimo três anos, para dar tempo da terra descansar. Neste meio tempo o produtor pode fazer o "pousio" no inverno, ou então, rotação de lavoura, utilizando culturas que não sejam suscetíveis a podridão comum e ao mal-do-pé, como a colza, a linhaça e o tremoço. O cultivo da aveia, apesar de ser um excelente meio de controle do mal-do-pé, não é indicado para rotação com o trigo por ser bastante suscetível a "helminthosporium sativum". O trigo tem apresentado melhores condições de desenvolvimento em solo com pH entre 5,5 a 6,0. Responde bem

a adubação de nitrogênio, fósforo e potássio. No início do perfilhamento, de 30 a 40 dias após a emergência, recomenda-se a aplicação de adubo nitrogenado em cobertura. Pode ser plantado em sistema de plantio direto, prática eficiente no controle da erosão, recuperação e conservação das propriedades físicas do solo e também na amenização dos custos de formação da lavoura.

Das cultivares recomendadas para o Estado, a Cotrijuí dispõe de sementes de BR-3, BR-4, CEP-11, CNT-7, CNT-8, Maringá, Jacuí, Mascarenhas, Minuano/82, PAT-7392 e Santiago, todas consideradas preferenciais de ciclo precoce. Das toleradas precoces, a Cotrijuí está colocando à disposição sementes da CNT-9, CNT-10, C-33, Frontana, S-31 (Nobre), PAT-7219 e Peladinho. As cultivares precoces tem seu período de semeadura entre 15 de maio a 30 de junho. A densidade de semeadura para as cultivares precoces é de 300 a 330 sementes por metro quadrado. A Cotrijuí também está distribuindo semente das variedades CEP-11, RS-1 Fênix, RS-2 Santa Maria, RS-3 Palmeira, RS-4 Ibiraiaras, recentemente lançadas pela pesquisa e recomendadas para o Estado.

As doses e épocas de aplicação dos

herbicidas recomendados para o controle de plantas daninhas em trigo, variam com o grau de infestação, a fase de desenvolvimento dos inços e as condições climáticas. Algumas doenças do sistema radicular do trigo podem ser controladas com o tratamento de fungicidas nas sementes. O controle das pragas (pulgões), são combatidos com aplicação de inseticidas, sempre observando alguns critérios. Na fase de emergência até o afilhamento, controlar quando 10 por cento das plantas estiverem com pulgão. Da fase de alongamento ao emborrachamento, controlar apenas quando a população média atingir 10 pulgões por afilho e na fase reprodutiva (de espigão ao grão em massa), deve ser feito o controle apenas quando a população média atingir 10 pulgões por espiga. A lagarta do trigo deverá ser controlada a partir da fase de alongamento.

CEVADA

A cevada apresentou bons rendimentos nas últimas safras, apesar de ser uma cultura de clima seco e frio. Por ser sensível a acidez do solo recomenda-se o seu plantio em área com pH acima de 5,5, embora as variedades disponíveis possuam certa tolerância. É exigente em fertilidade e responde bem a aplicação de

nitrogênio, fósforo e enxofre. Durante a fase de perfilhamento, recomenda-se usar de 25 a 30 kg/ha de nitrogênio em cobertura. Não é recomendado o uso de adubo nitrogenado após o perfilhamento, pois aumenta o teor de proteínas no grão, indesejável para a indústria de cerveja.

As cultivares recomendadas são a Antártica-4, Antártica-5, FM 404 e FM 434. Todas apresentam mais ou menos o mesmo ciclo, atingindo a maturação entre 140 a 150 dias após o plantio. A melhor época de semeadura para a região vai de 01 de junho a 15 de julho. A densidade recomendada é de 225 sementes por metro quadrado, ou 40 sementes por metro linear no espaçamento de 17 centímetros entre linhas.

Praticamente todo o sucesso da cultura da cevada está na colheita, pois para ser malteável deve apresentar uma germinação no mínimo de 92 por cento e grãos com cor e cheiro característico da palha.

LINHAÇA

A linhaça, ao lado da colza, é mais uma cultura de inverno que pode ser utilizada na rotação e diversificação de culturas. É uma planta de clima temperado e frio, sendo que a sua melhor época de plantio

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PRODUÇÃO, PREÇO E VBC DAS CULTURAS DE INVERNO

Culturas	Ano	Custo Produção		PREÇO		V B C		
		Cr\$/ha	Aumento %	Oficial	Necessário (1)	Oficial	Necessário (2)	Oficial/Necessário %
Trigo 1.001 a 1.200 kg/ha	80	18.883,04	—	710,40	1.197,00	9.396,00	—	—
	81	24.881,34	31,77	1.720,00	1.774,00	17.800,00	—	—
	82	59.713,40	140,32	3.895,00	3.836,00	34.200,00	34.738,00	98
	83	155.113,00	159,42	10.258,12	11.062,00	63.700,00	84.559,00	75
	84	749.761,00	383,39	36.000,00 (4)	48.546,00	193.800,00	305.181,00	64
Aveia 1.001 a 1.400 kg/ha	80	—	—	350,40	—	6.200,00	—	—
	81	24.116,66	—	842,40	1.388,00	11.300,00	—	—
	82	67.254,09	137,41	1.874,00	2.966,00	21.700,00	32.525,00	67
	83	133.776,00	133,66	—	8.631,00	41.300,00	70.720,00	58
	84	604.584,00	351,94	—	39.132,00	124.600,00	240.463,00	52
Cevada 1.201 a 1.600 kg/ha	80	—	—	—	—	8.790,00	—	—
	81	—	—	—	—	15.100,00	—	—
	82	—	—	—	—	22.400,00	—	—
	83	—	—	—	—	52.700,00	—	—
	84	—	—	—	—	159.400,00	—	—
Colza (3)	80	—	—	—	—	7.405,00	—	—
	81	23.834,07	—	—	1.672,00	13.376,00	—	—
	82	69.540,31	191,77	—	4.868,00	22.400,00	—	—
	83	160.551,00	130,88	—	11.476,00	42.400,00	87.464,00	48
	84	606.130,00	278,54	—	43.601,00	223.440,00	248.046,00	90
Linho (3)	80	—	—	—	—	4.927,00	—	—
	81	—	—	—	—	11.570,00	—	—
	82	—	—	—	—	12.700,00	—	—
	83	127.175,00	—	—	9.639,00	31.800,00	65.195,00	49
	84	512.623,00	303,09	—	39.035,00	190.809,00	200.003,00	95
Alho 3.501 a 4.500 kg/ha	80	—	—	—	—	51.600,00	—	—
	81	144.618,00	—	—	—	138.100,00	—	—
	82	335.476,00	131,98	—	—	260.880,00	—	—
	83	983.998,00	193,32	—	—	552.100,00	—	—
	84	4.079.358,00	314,57	—	—	1.447.100,00	—	—

- (1) Preço necessário com base nos custos de produção mais 30 por cento de lucratividade
 (2) Valor básico de custeio com base nos efetivos dispêndios.
 (3) Culturas não amparadas pela política do VBC
 (4) Estimativa do preço oficial para época de comercialização — 1º de dezembro

As forrageiras preferenciais

As mais indicadas continuam sendo as aveias, o azevém, os trevos e a ervilhaca.

vai de meados de maio a meados de junho. O plantio muito cedo pode causar o rebrote. O plantio no tarde pode encurtar o ciclo da planta. Temperaturas muito altas durante a floração, causam uma diminuição no rendimento, na percentagem de óleo e na qualidade do produto. A densidade de semente recomendada é de 800 a 1.000 por metro quadrado, a uma distância de 17 a 20 centímetros entre linhas. Ou então, 50 quilos por hectare.

A Taperaju é a principal variedade plantada no Rio Grande do Sul e foi criada pela Estação Experimental de São Borja. A Fecotrigo vem trabalhando com uma rede de experimentos em linhaça, com o objetivo de estudar as melhores variedades, níveis de adubações, época de plantio. Também são recomendadas, tendo como base seis anos de experimentação, as variedades Tape Paraná INTA, Paraná INTA, Conesa INTA, Tezzanos Pinto Tarajui, Alcorta INTA e Linho Comum.

A colheita deve ser realizada quando o produto estiver na fase de debulhar. A máquina deve ser bem regulada para se evitar perdas maiores. O uso de peneiras do tipo escama de peixe diminui as perdas. O controle das pragas, sempre seguindo a recomendação técnica, deve ser feito quando constatada a existência de 10 lagartas pequenas por metro quadrado.

COLZA

Bastante exigente, prefere solos profundos e bem drenados, suavemente ondulados ou planos. Por apresentar sementes de porte pequeno, se faz necessário um bom preparo do solo, cuidando para que o mesmo fique bem uniforme, livre das plantas daninhas e com suficiente umidade. A recomendação técnica manda usar 150 quilos por hectare de adubo da fórmula 5-25-15 e mais 50 quilos por hectare de uréia ou 100 quilos por hectare de sulfato de amônia em cobertura.

A semeadura da colza pode ser feita a partir da segunda quinzena de maio até meados de junho, sempre tomando o cuidado para que a semente fique coberta por uma camada de terra de 0,5 a 1,0 centímetro. A densidade de semente utilizada varia de 3 a 6 quilos por hectare, num espaçamento entre linha de 20 a 40 centímetros. Na intenção de proporcionar uma distribuição mais uniforme, recomenda-se misturar à semente o fosfato natural microgranulado. A proporção que tem dado resultado é de um quilo de semente para 3 quilos de adubo. As cultivares recomendadas para o estado são a CTC-4 e a CTC-7. Totalmente ambientadas às condições climáticas do estado, estas variedades ainda tem a vantagem de apresentarem baixos teores de ácidos erúico e glucosinolatos e elevada produtividade.

As formigas cortadeiras, lagartas, pulgões e percevejos são as pragas que mais estragos causam a colza. Para o controle de doenças, não se recomenda nenhum tratamento, basta uma rotação de cultura bem planejada, aliada ao emprego de semente de boa qualidade para evitar a incidência de doenças.

A colheita é a operação mais crítica no processo de cultivo da colza (ver Cotrijornal de março/84). Após a colheita, é preciso tomar algumas precauções para que a colza não se transforme numa planta daninha. Faz-se necessário movimentar o solo após a germinação das sementes que caíram na terra durante a colheita.

As forrageiras passaram a ser difundidas na Região Pioneira por volta de 1974 e aos poucos foram ocupando espaços na lavoura de inverno. Além de garantirem alimento para o gado durante os meses frios, estão sendo utilizadas como adubação verde e cobertura para áreas onde se utiliza o plantio direto. Para o inverno as forrageiras preferenciais continuam sendo a aveia e o azevém, gramíneas anuais que se adaptam muito bem se cultivadas em consórcio com algumas leguminosas como os trevos, por exemplo. Ainda são opções a alfafa crioula, o cornichão, a ervilhaca e os trevos (subterrâneo, o Yuchi e o branco).

AVEIA

A partir de 1982 foram introduzidas várias linhagens novas provenientes das aveias branca e amarela para multiplicação, visando a produção de grãos. Duas delas, a CTC 78 B 207 e a UPF 77 S 30 (esta última lançada como variedade UPF-4 em abril passado), renderam à nível de campo na última safra 1.708 e 2.068 quilos por hectare, respectivamente. Vale destacar que a CTC 78 B 207 apresenta tendência ao acamamento e a UPF 77 S 30, é moderadamente suscetível ao ataque de ferrugem da folha.

A aveia preta por ser mais resistente às doenças fúngicas e apresentar em geral, maior produção de matéria seca, vem sendo a mais utilizada para a produção de pastagem. Uma característica da aveia preta em relação as demais é o seu rápido crescimento, permitindo que o pastejo inicie algumas semanas antes da maioria das variedades modernas.

O pastejo normalmente inicia cerca de 70 a 80 dias após a semeadura, proporcionando a utilização, por aproximadamente quatro meses. O período de pastejo pode ser aumentado através da consorciação de azevém, trevos e ervilhaca. A consorciação com leguminosas dá maior qualidade às pastagens.

AZEVÉM

Além do ciclo produtivo ser bastante longo, da alta adaptabilidade aos mais diversos solos, do baixo custo por hectare, do fornecimento de pasto de alta qualidade, o azevém tem apresentado excelentes resultados como cobertura morta para o plantio direto. Outra característica já comprovada é a sua eficiência no controle das ervas nocivas, como a guanxuma e o papuã.

Trabalhos realizados no CTC demonstraram que o azevém apresenta bons resultados quando estabelecido em sobressemeadura a soja, em sobressemeadura a pensacola e a bermuda (pastagens de verão), em semeadura com o milheto, semeado em fins de fevereiro e ainda através da ressemeadura natural. Em raras ocasiões se recomenda o cultivo de azevém de forma isolada, já que se adapta muito bem em consorciação. Entre as consorciações que mostraram os melhores resultados, destacam-se o azevém com os trevos; azevém com bermuda e mais trevos; azevém, mais pensacola e trevos; azevém, mais aveia e ervilhaca; azevém junto com campo nativo

ALFAFA CRIOULA

Tem na produção de feno a sua utilização mais significativa em função do alto rendimento, tanto em quantidade como em qualidade. Também é conhecida por suas potencialidades como melhoradora do solo e restauradora da fertilidade nas rotações agrícolas.

No CTC vem sendo realizados inúmeros trabalhos envolvendo a alfafa, comprovando a eficiência de sua utilização em pastoreio direto pelos animais, tanto em cultivo puro como em consorciação com gramíneas perenes (guenoaro e pensacola). A mistura de alfafa (na proporção de 12 quilos por hectare) com o guenoaro (20 quilos por hectare), semeados em linhas intercaladas, a partir de maio, é uma prática que tem apresentado resultados.

O cornichão é uma leguminosa perene com alta produção de feno. Também se adapta muito bem em consorciação com gramíneas de inverno e trevos ou ainda junto de variedades precoces de trigo. É recomendado por sua resistência a seca, alto valor nutritivo e por produzir em solo onde a alfafa não prospera.

TREVO BRANCO

Apresenta alta produção de forragem de qualidade, persistência com manejos intensivos e habilidade para competir com gramíneas perenes. Não cresce em solos pobres, muito ácidos ou arenosos, mas produz bom rendimento na maioria dos solos desde que tenham umidade suficiente e quantidades adequadas de fósforo. É uma das leguminosas que transfere maiores quantidades de nitrogênio ao solo. Por ser exigente em fertilidade, o solo

deve ser calcariado em doses semelhantes as utilizadas para a soja. A variedade mais utilizada no Estado é o Yi, na proporção de 2 quilos por hectare.

O trevo vermelho também vem sendo utilizado para pastagens e feno. Não tolera solos ácidos e é exigente em fertilidade. A semeadura é realizada entre março a junho, numa densidade de 10 quilos por hectare, no caso do plantio em linhas, aumentando-se 12 quilos quando realizada a lanço. É recomendado o seu plantio junto com gramíneas anuais (aveia e azevém), na proporção de 6 quilos por hectare de semente.

Menos exigente em termos de fertilidade do solo, o trevo subterrâneo vem sendo indicado para o melhoramento de pastagens, recuperando solos esgotados. As variedades mais indicadas são Clare e o Trikkala.

O trevo vesiculoso, variedade Yuchi vem se destacando pela boa germinação, pela qualidade de forragem, pela tolerância à seca, por suas resistências aos insetos e pela excelente ressemeadura natural. Para a produção de sementes o ideal é interromper o pastejo por outubro.

ERVILHACA

A ervilhaca ficou por certo tempo meia esquecida pelo produtor em virtude da dificuldade de produção de sementes, agravado pela introdução da alfafa e dos trevos. No CTC foi realizado um experimento onde ficou comprovado a sua eficiência como fornecedora de Nitrogênio ao solo. Novas variedades provenientes do IAPAR e outras coletadas junto aos produtores da região, principalmente de Chiapetta, estão sendo estudadas pelo Departamento Técnico da Cotrijui.

Alho Portela: mercado garantido

O ano de 1983 foi climaticamente adverso ao alho precoce (comum) e favorável aos tardios (Roxo e Portela). O mercado esteve bastante favorável ao alho Portela em função da qualidade do produto. Esta tendência do mercado deverá ser mantida nos próximos anos. Mas de um modo geral a comercialização do alho não foi muito boa. Esta situação se refletiu a nível local, com o produtor recebendo preços pouco compensadores.

O alho da variedade Portela deve ser semeado até fins de maio, em áreas de fertilidade média. Não se recomenda a aplicação de uréia em cobertura durante o ciclo. Em termos de adubação, o ideal é usar um quilo de adubo por cada quilo de semente plantada, mais 10 quilos de Bórx por hectare, cinco quilos por hectare de Sulfato de zinco e cinco quilos por hectare de sulfato de magnésio. As sementes a serem distribuídas pela Cooperativa estão recebendo tratamento à base de termoterapia, na intenção de eliminar problemas fitossanitários, além de assegurar uma melhor perspectiva de produtividade. O

controle das moléstias fúngicas da parte aérea deverá ser feito com Propiconazole, recomendado para conter a ferrugem e a Alternaria.

CEBOLA

A produção de cebola não tem apresentado muitas mudanças, sendo que as lavouras desenvolvidas com tecnologia tradicional tem alcançado uma produtividade em torno de 8 a 12 toneladas por hectare de produto curado. Toda a produção de cebola é consumida na própria região. O consumo anual da região está estimado em 1.500 toneladas, o que demandaria numa área de cultivo em torno de 200 hectares.

A Cotrijui dispõe de semente da variedade Baía Periforme, procedente de Dom Pedrito. A época de semeadura começa em fevereiro e vai até final de maio. A quantidade necessária de semente para um hectare é de três quilos em canteiro de semeadura, para posterior transplante. A adubação fica por conta da fórmula 3-25-15, na base de 400 quilos por hectare, mais Nitrogênio em cobertura.



O ano do plebiscito

A cooperação no processo de produção

Historicamente a cooperação é a expressão de um esforço que os homens fazem no sentido de superar dificuldades que encontraram no processo social de produção, das riquezas materiais que necessitam para viver. Sob este aspecto, a cooperação aparece como sendo uma faceta das lutas sociais, que os homens travaram ao longo dos milênios de anos para poderem sobreviver. De uma forma mais simplificada, se pode dizer que a cooperação é um elemento quase que natural no processo da vida social, porque é um fato social condicionado pela situação, pela posição dos indivíduos no processo social de produção de suas riquezas.

Na sociedade primitiva as pessoas eram extremamente fracas para garantir sua sobrevivência. E esta situação de debilidade do indivíduo lhe obrigava ou condicionava a cooperação no grupo social onde vivia. Na medida em que acontece um avanço na técnica de produção (nos instrumentos de trabalho), os indivíduos se libertam dessa debilidade e, aos poucos são conduzidos à aventura de se virarem por conta. Nesse exato momento nasce a desigualdade social, fazendo com que alguns fiquem mais privilegiados que outros no processo de produção e de distribuição de riquezas.

Como forma de superar essa diferença, os menos privilegiados se voltaram para a cooperação. Portanto, a cooperação vem a ser um elemento imediatamente ligado por questões econômicas da sociedade. A cooperação, nasce histórica-

Qual é o significado do Plebiscito na Cotrijui? É o associado decidir, através do voto, se as atuais normas que regem a atual forma de organização do quadro social, devem ou não serem incorporadas nos Estatutos Sociais da Cotrijui. É um assunto que anda na boca do produtor há muito tempo, mas que até outubro deste ano, precisa ser definido de vez. Para melhor informar e instrumentalizar o quadro social sobre o assunto, o Departamento de Comunicação e Educação, que produziu os textos destas páginas, dá início a uma rodada de reuniões nos núcleos, onde pretende discutir desde o sentido da cooperação, até o trabalho dos Representantes, funções e sua incorporação no Estatuto Social.

mente como um processo social para resolver uma questão de vida econômica, uma questão material, que vem a ser a produção e a distribuição das riquezas materiais. Evidentemente que esse processo cooperativo sofre muitas mudanças e muitas limitações. Mas à medida em que se complexifica o processo de produção e que estabelece sobre o processo produtivo e o desenvolvimento tecnológico dos instrumentos de produção, o processo cooperativo também começa a receber um reforço, um maior embasamento do processo dinâmico de produção.

Mas todo o idealismo se frustra muito rapidamente e o que fica para os tempos atuais, é uma cooperação como recursos de integração em um outro sistema social de produção. Hoje a cooperação tem, fundamentalmente dois sentidos: de um lado serve como instrumento de defesa. Na medida em que eles se defendem, eles procuram através da cooperação se integrar no sistema.

De outro lado, a cooperação acaba tendo um sentido de estratégia de competição. Os produtores tomam recursos e investem no processo produtivo com a esperança de aumentarem seu capital, ou de ampliarem seus recursos econômicos. A cooperação passa a ser uma opção a mais frente a competição. Muitas vezes, pela cooperação, eles até conseguem melhorar a competição.

De forma simplificada, a cooperação para um pequeno produtor, incapaz de ser um capitalista, é um instrumento

de defesa e de integração no sistema maior, para não correr o risco de ser eliminado. Para o grande produtor, tem um sentido de estratégia de competição.

QUESTÃO FORMAL

A "questão formal", serve para traduzir aquilo que seriam as coisas escritas, as coisas que estão objetivamente fixadas. Como o Plebiscito, estaria sendo formalizado, isto é, escrito em Estatuto. Uma prática de participação, de Estrutura do Poder. Essa prática é um processo dinâmico que hoje é de um jeito, e amanhã será diferente do que era. Isto não significa que "inscrito formalmente", essa prática nos Estatutos deverá ser sempre assim. Essa prática tem apenas um sentido: garantir que continue uma prática de participação. Ela tem que evoluir e precisa ser mudada, em termos de Estatuto. É preciso considerar que não temos respostas para os problemas e situações de amanhã.

ALIANÇA COOPERATIVA

É a convivência sob o mesmo teto, de diferentes grupos sociais, grupos de produtores (médios, pequenos e grandes), que produzem diferentes tipos de produtos (projeto de diversificação), economias de peso.

EFICIÊNCIA EMPRESARIAL

É uma questão bastante política, enquanto processo social de organização, para produtores que têm a Cooperativa como instrumento de defesa e instrumento de integração no sistema econômico maior.

Participação consciente

Toda a questão se resume na necessidade de participação do quadro social dentro do complexo da Cotrijui. Na busca de meios para levar o associado a uma participação mais ativa e consciente.

Um outro aspecto a ser considerado é o processo dinâmico a que a instituição está inserida, que na maioria das vezes escapa de nossos propósitos, porque outros mecanismos ocorrem com uma velocidade muito grande dentro da organização, dos grupos sociais na forma de seus interesses e objetivos. Nosso processo é realmente dinâmico, como é também a nossa sociedade e o nosso desafio é deixar que na hora de explicarmos o formal, tenhamos capacidade de dar condições da organização se processar diante de sua prática da melhor maneira possível. E como é dinâmica a forma dos grupos se organizarem dentro de seus interesses, escapa a percepção de tudo o que é formal.

Dentro da sociedade, de um grupo de pessoas, na prática, as coisas ocorrem de forma diferente do que aquilo que tentamos colocar dentro dos aspectos formais.

De outro lado, através do tempo, a sociedade, o Estado como tal, não faz muita coisa a não ser extrair, quer dizer, criar suas leis, sistematizar os conhecimentos e as sabedorias das pessoas. Não

é muito mais do que isso e depois aplica e se distancia. Por exemplo: na elaboração de uma legislação para a Cotrijui ou para o Código de Postura, se começaria fazendo mais ou menos o que as pessoas fazem, dentro de sua atuação prática.

Historicamente, tudo aquilo que aprendemos com os agricultores ao longo do tempo, aquilo que ouvimos, as suas reivindicações, podem se resumir no Movimento Comunitário de Base de Ijuí, nos programas do convênio e na passagem do trabalho de comunicação e educação para a Cotrijui, redefinição da nova estrutura de participação do quadro social.



Influência do MCBI

Desde a sua fundação, a FAFI (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí) trabalhou voltada para a região e identificada com seus valores e necessidades frente ao processo de mudança sócio-econômicas que nela se operavam pela modernização. No discurso de fundação, Mário Osório Marques já adiantava que a FAFI deveria ser para toda a região, "um encontro de irradiação de cultura, de humanização do homem... falar ao povo a linguagem do povo... ministrar cursos de extensão universitária para difundir a cultura, incrementar cursos populares...".

Em 1961, através da FAFI se iniciou um trabalho educativo extra-escolar mais sistematizado junto à comunidade local, chamado Movimento Comunitário de Base de Ijuí (MCBI). O surgimento do MCBI, representou um esforço, por parte de seus promotores, no sentido de influir no processo sócio-econômico pelo qual a sociedade regional passava. Esse processo de transformação confrontava tanto a sociedade regional e grupos sociais, como também os indivíduos isoladamente.

O trabalho educativo do MCBI visava a mobilização de todas as pessoas da comunidade para uma participação mais ativa e consciente na busca de soluções para seus problemas. No meio rural esse trabalho foi mais no sentido de mobilização, de formação de pequenos grupos, em núcleos de base, para discutir seus

problemas comuns. Neste trabalho educativo no meio rural, muito se propagou a idéia de organização cooperativa, como forma de solucionar muitos problemas, embora o MCBI tenha surgido independente das Cooperativas agrícolas existentes na época.

O desenvolvimento histórico do MCBI revela uma aproximação muito grande com a Cotrijui. Essa aproximação representou a passagem gradativa do trabalho educativo do MCBI, no meio rural, para dentro da Cooperativa. Em outras palavras, isto representou o início de um processo de incorporação do trabalho educativo por parte da Cooperativa.

Essa passagem deve-se aos conteúdos da ação educativa do MCBI, junto aos produtores rurais, tais como:

- propagação da doutrina cooperativista, que se passava a identificar sempre mais com a própria existência e atuação da Cotrijui na região;

- A organização de um sistema de comunicação e educação entre associados e cooperativa, fundamental para seu desempenho;

- O apoio à modernização da produção agrícola, através da motivação dos agricultores para a adoção de melhores técnicas de produção;

- A Cooperativa passou a ocupar o espaço criado pela MCBI, junto ao meio rural, transformando-o num valioso instrumento de administração.

Nas reuniões que o Departamento de Comunicação e Educação promoverá nos núcleos de produtores, o debate será feito a partir dos textos apresentados nestas páginas. É importante que o associado e sua família levem junto o Cotrijornal, para que a troca de idéias seja facilitada.

A formalização

Em 1970 foi assinado um convênio entre Cotrijui e Fidene, que representou, na verdade, apenas a formalização da cooperação já existente.

O trabalho educativo acompanhava o avanço da Cooperativa e ainda neste mesmo ano, agricultores associados já se mobilizavam em favor da construção do terminal marítimo em Rio Grande. Em 1971 aparece como atividade principal a realização de cursos para agricultores, além das reuniões em núcleos. Através destes cursos e reuniões, os agricultores mantinham contato com a Cooperativa, recebiam informações e orientações técnicas.

De 1972 a 1974, aconteceu a fase de expansão ou extensão das atividades de Comunicação e Educação para toda a área de ação da Cotrijui na região. Foi quando passou-se a organizar o quadro social em núcleos de base com suas respectivas lideranças. Esta fase coincide com a expansão do espaço geográfico da Cooperativa. Também aconteceram algumas modificações nos programas de educação.

Essas modificações nos programas de educação aconteceram porque o pessoal que trabalhava nos convênios começou a enfrentar problemas muito sérios faltavam respostas para as reivindicações dos produtores. Havia a necessidade de alguém dentro da Cooperativa, que servisse como ponto de contato para as grandes reivindicações dos produtores.

A Cotrijui continuou na fase de expansão geográfica e econômica, incorporando a antiga Cooperativa Pedritense de Carnes, de Dom Pedrito, isso em 1977 e a antiga Coopemara, em Maracajá, no Mato Grosso do Sul, em 1978.

Além das três regionais distintas, continuou a entrada de um número significativo de novos associados na Região Pioneira.

O trabalho dos Representantes

A partir da institucionalização dos Representantes Eleitos ao Quadro Social da Cotrijui, começa-se a ter no meio rural, lideranças com conhecimentos mais aprofundados dos problemas do dia-a-dia da Cotrijui, do cooperativismo, da economia de mercado, da comercialização. Os Representantes do Quadro Social e os membros do Conselho de Administração e Fiscal têm maior legitimidade dentro da instituição Cooperativa.

- O Representante, além de ser um elo de ligação entre o associado e a Cooperativa, também representa um certo respaldo da Cooperativa no sentido de clarear muitas dúvidas;

- Participa na formação de chapas, inclusive como membro do Conselho de Administração e Fiscal;

- Para a eleição da Diretoria Executiva, todos os associados, aptos, podem fazer uso do seu direito de voto. Na última eleição da Diretoria Executiva um percentual de 36,4 por cento dos associados aptos fizeram valer o seu direito de voto;

- As discussões, informações ao quadro social acontecem no núcleo, com a participação de comunicadores, gerentes e demais funcionários interessados. Pode-se dizer que as verdadeiras "Assembleias", são aquelas reuniões com pequenos grupos, que além da informação, produzem o crescimento, a educação das

pessoas, como indivíduo e como grupo.

- Entre as deficiências do processo, capaz de dificultar a atuação do Representante junto ao quadro social, aparecem a falta de informações gerais sobre a Cooperativa e também a extensão da área de atuação de cada um, dificultando a atuação em todos os núcleos. Ainda pode ser citada como deficiência, em alguns momentos, a falta de clareza das funções dos Representantes diante da Instituição Cooperativa pelo quadro social.

Frente a estas e outras deficiências, os Representantes juntamente com a Comunicação e Educação, estão trabalhando no sentido de organizar melhor cada núcleo, elegendo lideranças a exemplo do que vem ocorrendo com os núcleos Cooperativos de Esposas e Filhas de Associados. O objetivo é de que estas lideranças venham a reunir-se com os Representantes Eleitos para discutir seus problemas no sentido de dinamizar a informação.

Para munir os Representantes de maiores informações, tem-se procurado realizar reuniões, cursos, dias de estudos, com o objetivo de aprofundar as discussões além do dia-a-dia da Cooperativa. Nestas discussões tem aparecido assuntos como o Cooperativismo no mundo, problemas de comercialização, formação de preços, estrutura organizacional de uma empresa cooperativa, liderança, etc.

Experiência que se consolida

A Cotrijui expandiu-se. Aumentou seu espaço geográfico e com ele o econômico e social, condicionada que foi pelo mundo sócio-econômico em que está inserida. Fatos históricos ligados à vida da Cotrijui revelam a importância da participação dos associados, principalmente nos momentos de crise. O quadro de associados, cada vez mais atuante e capaz de se posicionar com consciência crítica no contexto conjuntural amplo, tendo a cooperativa como instrumento e nela também atuando criticamente, objetiva ser a força propulsora do desenvolvimento.

A organização dos associados em núcleos tem propiciado o debate em torno da problemática da cooperativa e influenciado de forma indireta, em muitos casos, nas decisões. Recentemente buscou-se a participação mais direta dos associados com a criação de conselhos de produtores em atividades afins e através da metodologia de seminários. Com este mecanismo estabeleceu-se um amplo debate em torno de quatro temas mais abrangentes: Estrutura do Poder, Capitalização, Expansão e Diversificação. A partir da discussão de pequenos problemas setoriais buscava-se ampliar o debate na busca de definições de linhas práticas e amplas.

A Estrutura do Poder foi tema oriundo basicamente da insatisfação da maioria dos associados que alegavam que as Assembleias não tinham participação mais efetiva dos mesmos, onde os presentes pouco ou nada decidiam. Por outro lado, dirigentes, membros dos conselhos e funcionários sentem a necessidade de encontrar mecanismo de participação mais democrática e efetiva dos cerca de 19 mil

associados, sediados em áreas descontínuas, muitas vezes distantes e profundamente diferenciadas no que tange à capacidade dos solos, estrutura fundiária, condições econômicas e sócio-culturais.

Os Seminários realizados em 1978 indicam um consenso quanto à escolha de Representantes para as Assembleias, fruto dos amplos debates nos núcleos de associados, quando foram analisados os procedimentos adotados antes e durante as Assembleias Gerais.

No início de 1979 havia eleições do Conselho de Administração e Fiscal. Era o momento de começar a exercitar a forma de participação por Representantes sugerida nos Seminários. O Conselho de Administração propôs aos participantes do Seminário Central uma forma de escolha de Representantes, a qual foi aprovada.

Eleitos os Representantes numa proporção máxima de 1 para 300 associados, eles cumpriram a tarefa de organizar chapas para o Conselho de Administração e Fiscal, definir funções e melhor estruturar as normas que regulamentam a estrutura do Poder.

Após a eleição de 1980 dos novos Representantes, as normas foram melhor estruturadas e colocadas em funcionamento por um período de experiência até 1984. As mesmas normas prevêm a eleição dos novos Representantes a cada três anos, numa proporção de 1 Representante para cada 150 associados; a realização de um Plebiscito em 1984 para aprovação das Normas de Estrutura do Poder. Caso sejam aprovadas, passarão a fazer parte do Estatuto Social da Cotrijui.

Revisando as colmeias

É bem verdade que até alguns anos atrás, muito antes da expansão do trigo e da soja, da substituição das matas por extensas lavouras, existiam melhores condições para a criação de abelhas na região. As abelhas tinham à sua disposição floradas mais ricas e diversificadas, mais arvoredo, mais água limpa e quase nada de veneno, que pudesse comprometer a sua sobrevivência. Os próprios apicultores admitem que o uso indiscriminado de inseticidas e a expansão da lavoura mecanizada, foram fatores decisivos para que a atividade sofresse um certo retrocesso. Muitos apicultores de longos anos na atividade, tentaram de abandonar a criação de abelhas, tão logo perceberam que estava existindo uma concorrência muito grande e até certo ponto desleal entre o veneno aplicado nas lavouras e as abelhas.

Qualquer pessoa, mesmo que não esteja ligada a apicultura, sem nunca ter contato com as abelhas, sabe perfeitamente que todo o sucesso da atividade depende de uma boa florada. Na primavera e no verão, as abelhas, além de contarem com as flores de árvores como o eucalipto, entre outras, têm ainda à sua disposição as flores das plantas das lavouras como a alfafa, a soja. "Diante de tal situação, diz o agrônomo Hélio Ito Pohlmann, que também presta assistência técnica para a atividade na região de Ijuí, se pode até garantir que o sucesso da atividade apícola esteja na dependência de uma consciência coletiva, no sentido de se plantar mais árvores melíferas, como o angico, o eucalipto, o açoita-cavalo, a laranjeira, a vassourinha e até a uva-japão". De acordo com o Hélio, já ficou comprovado que mesmo o mais eficiente tratamento feito nas colmeias, em tempos de pouca floração, não resultou em produção satisfatória e que compensasse toda a trabalhadeira, "apenas tem garantido a sobrevivência das abelhas".

HORA DE REVISAR

E durante os meses de inverno, quando as floradas praticamente não exist

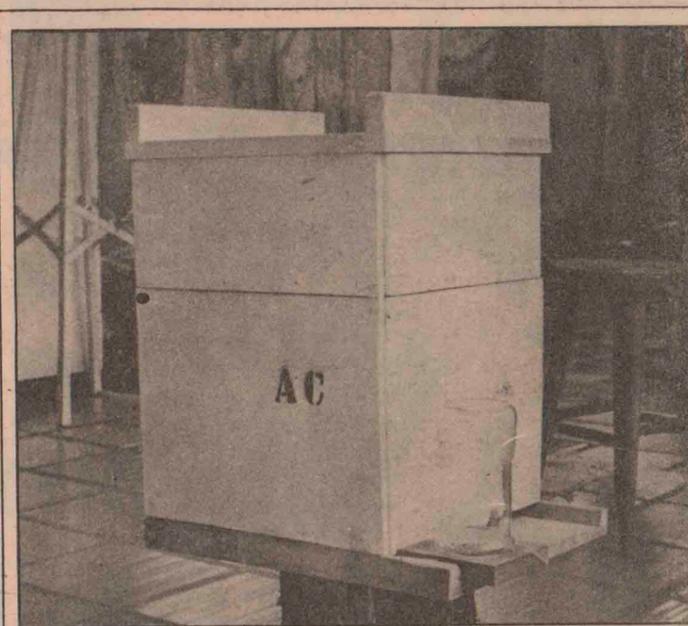
tem e as abelhas podem contar apenas com algumas flores de plantas de lavoura, como a colza e os trevos, ainda com um cultivo bastante restrito, como manter as colmeias até a primavera? A solução, para o caso, realmente, é partir para o trato das colmeias, fornecendo alimento à base de uma mistura de mel e água (metade de cada).

Justamente neste período que precede o inverno, o Hélio recomenda uma revisão geral no colmeial para saber da sua situação. A vistoria deve começar pela entrada das caixas das abelhas, na intenção de descobrir se existe algum ataque de formigas ou traças. Caso seja detectado a existência de pouca postura, pouca criação de filhotes dentro dos ninhos e mel insuficiente para passar todo o inverno, é porque a colmeia está fraca e precisa de assistência. "Certamente que esta colmeia irá necessitar de cuidados especiais por parte do apicultor, principalmente no que se refere a alimentação, explica. Mas de um modo geral, as abelhas têm o hábito de reservar alimento para os períodos frios.

Ao proceder o tratamento alimentar de determinada colmeia, o Hélio recomenda muito cuidado com a pilhagem por parte das demais colmeias vizinhas. O mel jamais deve ser colocado logo na entrada da colmeia. O ideal é utilizar alimentadores especiais, tipo o conhecido como "boardmann", totalmente de vidro, que pode ser colocado na parte posterior da colmeia. Através da utilização de alimentadores especiais, que também podem ser improvisados com vidros de tipo "nescafé", se evita o ataque não só das outras abelhas, como também das formigas.

LIMPEZA DO LOCAL

Outros cuidados a serem observados na entrada do inverno ficam por conta de uma boa limpeza no local onde estão instaladas as colmeias. Se faz necessário um rebaixamento da vegetação próxima ao colmeias para permitir a entrada do sol,

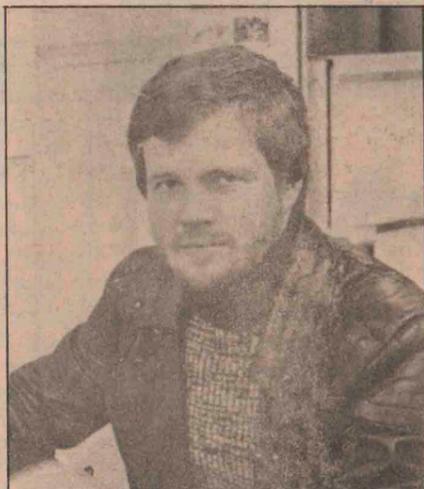


O alimentador especial evita a pilhagem

principalmente o da manhã. "Além de verificar se não existe algum estrago na madeira das caixas, o apicultor ainda deve observar atentamente para a localização das mesmas, evitando que fiquem expostas ao vento frio, que também pode causar algumas mortes no enxame", frisa o agrônomo.

O Hélio cita ainda, como fator importante para o desempenho da atividade, o relacionamento entre o homem e as abelhas, iniciado há milhares de anos atrás, quando o homem apenas retirava o mel das abelhas. "Só muito mais tarde, o homem percebeu que precisa ter um contato maior com as abelhas, conhecer seus hábitos, seus problemas, sua vida comunitária, para poder realizar certas práticas tão necessária em determinadas estações do ano", finaliza.

Tomados estes cuidados, o sucesso da atividade vai ainda depender da localização do colmeial, sempre procurando fa-



Hélio Pohlmann: hora de revisar

cilitar o trabalho das abelhas. Quanto mais próxima ficar de floradas, mais condições as abelhas terão de realizar o seu trabalho de fabricação do mel.

Um entusiasta

Nem mesmo a abelha africana, o desaparecimento de muita florada, o uso indiscriminado de veneno nas lavouras e as constantes mudanças de um município para outro, fizeram com que o seu Helmut Serves, residente no núcleo de Aracy Serves, em Rincão do Tigre, abandonasse a lida com abelhas, atividade a que vem se dedicando desde "guri", quando ajudava o pai a "pegar" enxame pelos matos ou então a extrair mel. Um entusiasta da apicultura, seu Helmut tem hoje perto de 70 caixas de abelhas, "com a intenção de aumentar o colmeial, pois sempre acho que ainda é pouco".

Seu Helmut diz que é do tempo em que a atividade era mais modesta e o pessoal lidava com a abelha européia, até que apareceu a africana. Por aqueles tempos, se usava caixas bem mais rústicas, com apenas uma repartição. O enxame era colocado na parte de baixo, porque a parte de cima ficava reservado para os favos de mel. Só que na hora da coleta do mel, a gente destruía toda a cera e ainda mexia com as abelhas". Com os caixilhos

modernos, não há necessidade de mexer com todo o enxame, "basta abrir os favos e tirar o mel".

POUCA FLORAÇÃO

Um dos fatores que andou desestimulando muito apicultor foi a limitação das floradas, acarretando uma redução na produção. "A floração é fundamental, é o alimento das abelhas. Tem regiões que ela anda escassa, e até seria necessário o plantio de alguma pastagem por perto para facilitar o trabalho das abelhas", sugere, dizendo até certo ponto um felizardo, pois pela sua região ainda existe muita pitangueira, guajuvira e guabiroba. "Nesta época, por exemplo, as abelhas vão poder contar com as flores do camboatá, que começa a florescer.

O mel fabricado pelas abelhas atuais, segundo o seu Helmut, não apresenta as mesmas características e nem o mesmo "aroma" de antigamente. "Era um mel mais diversificado e mais perfumado. As abelhas colhiam o néctar de muitas flores diferentes. Hoje, ou é mel

da flor do eucalipto, da flor da soja, ou da unha-de-gato". A soja, na sua opinião deu um grande impulso para a apicultura, apesar dos estragos que fez nos matos. "O problema são os venenos".

PENSANDO NO INVERNO

Mas o inverno sempre preocupou seu Helmut, a tal ponto, que procura manter um certo estoque de mel, guardado em casa para alimentar as abelhas, caso seja necessário. "A gente pode perceber quando uma colmeia está fraca pelo movimento e até pelo ataque de formigas. Quando se mexe na caixa e as abelhas não reagem, é porque estão com fome. Uma boa dose de mel misturado com água resolvem o problema". De resto deixa suas colmeias trabalharem sossegadas, até que chegue a primavera, a melhor época de floração.

Produzindo perto de 900 quilos de mel por ano, e vendendo a um preço que anda por volta de Cr\$ 4.000,00 o quilo, seu Helmut se preocupa demais com a



Helmut Serves: a procedência

qualidade do produto. "Todo o apicultor tem que ser caprichoso e trabalhar certo. É a melhor maneira do consumidor ter uma garantia do produto que está comprando, é saber a sua procedência".

Mercado conturbado

Foi preciso que a Cotrijuí passasse a garantir o recebimento da produção de mel local, para que a apicultura em Dom Pedrito e arredores, recebesse um certo incentivo por parte dos produtores, que passaram a buscar junto a Cooperativa, não apenas a colocação para a sua produção, mas também orientação técnica. Como o apicultor começou a investir na atividade, foi preciso garantir algum retorno financeiro que compensasse qualquer desembolso de dinheiro. Em função da expansão da atividade na região, a Cotrijuí, Regional de Dom Pedrito, através de seu departamento técnico, vem mantendo uma assistência ao apicultor, que vai desde orientação sobre a condução das colméias, coleta do mel, até o fornecimento do material necessário para a atividade, como centrífugas, caixas, máscaras, fumigadores.

O primeiro passo no sentido de viabilizar a atividade em Dom Pedrito, foi dado a partir da substituição das antigas caixas "de sabão", que abrigavam as colméias, por modernas caixas do tipo "Schenk" e "americana". "A partir da padronização das caixas", conta Osmar Mallmann, técnico agrícola da Regional de Dom Pedrito e também responsável pela assistência técnica aos apicultores, "houve uma resposta muito grande em relação a produtividade de mel por caixa".

Um outro problema enfrentado logo de início pelos apicultores da região esteve relacionado com a falta de material, principalmente da cera laminada. Buscando dar continuidade a seu trabalho de orientação, o Departamento Técnico montou um esquema junto com a Secretaria da Agricultura do Estado, no qual esta fornece a cera laminada. Os apicultores, por sua vez, se responsabilizaram pelo fornecimento da cera bruta. O Mallmann explica melhor o funcionamento deste esquema:

— Esta cera bruta, recebida do pro-

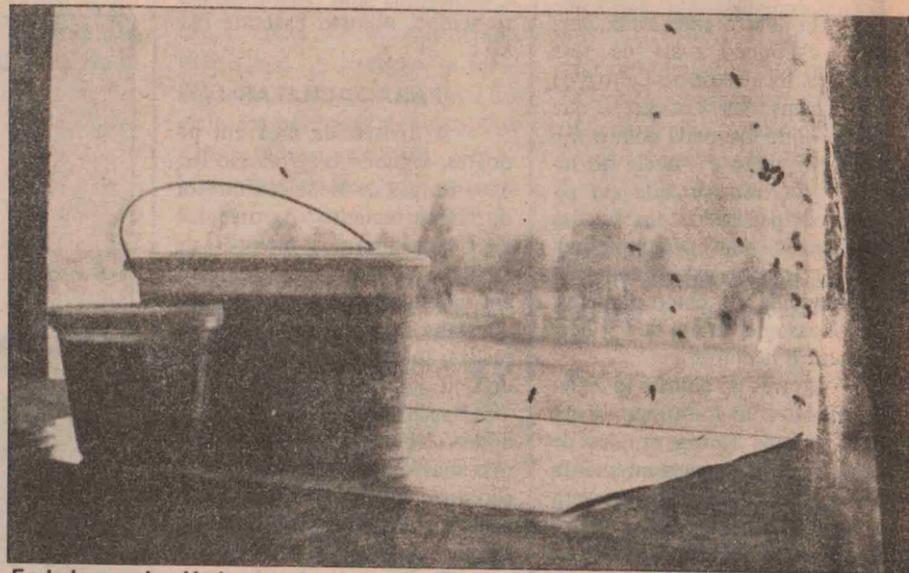
ductor é remetida para a Secretaria, em Porto Alegre, sofrendo um desconto de 30 por cento para o recebimento da cera já beneficiada. A Cotrijuí não compra e nem vende cera. Ela simplesmente presta um serviço ao apicultor, recebendo a sua cera e enviando para a Secretaria, para ser beneficiada.

ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO

A partir do recebimento da produção de mel produzida na região, a Cotrijuí Regional de Dom Pedrito, iniciou todo um trabalho de reestruturação do mercado, visando garantir a colocação da produção. De início, foram realizadas algumas experiências com o objetivo de medir a tendência do consumidor. "Começamos armazenando o produto recebido em embalagens de meio quilo, um quilo e três quilos", conta o técnico. Logo o consumidor se definiu pelas embalagens de meio quilo e três quilos. Na última safra, a Cotrijuí fez uma outra experiência, embalando o produto em potes de 250 gramas, "que não foi muito bem recebido pelo consumidor".

Todo o mel entregue na Cooperativa é classificado apenas como sendo "puro" ou "não". Em caso de mel misturado, ele simplesmente é devolvido ao produtor. Mas Mallmann garante, que devido ao grau de conscientização do apicultor da região, não existem casos de devolução de mel, por ser considerado "impuro". O que já aconteceu, foi o recebimento de produto colhido com excesso de umidade. Mallmann diz ainda que não existe mel que não seja "puro", "o que existe na realidade, são pessoas usando a expressão "mel" para produtos à base de mel, as "xaropadas", apenas com a intenção de iludir o consumidor".

Segundo Mallmann, somente com produto de qualidade e muita confiança do consumidor, o mel produzido na região de Dom Pedrito terá condições de



Embalagens de plástico garantem a qualidade do mel

conquistar um mercado tão conturbado pela entrada de produto de países vizinhos. "A qualidade do mel, está adquirindo a confiança do consumidor, que até algum tempo atrás tinha uma idéia completamente distorcida em relação ao produto produzido na região".

PRODUTO URUGUAIO

A última safra de mel na região de Dom Pedrito foi considerada muito boa, e a Cotrijuí chegou a receber 50 mil quilos do produto. As boas perspectivas de preço oferecidos pelo mercado favorável, fez com que houvesse uma entrada muito grande de mel produzido no Uruguai. O produto uruguaio que entrou através de São Paulo acabou gerando uma concorrência desleal, arruinando o mercado brasileiro. Como consequência de tanta oferta, o preço ficou lá em baixo. "Acreditamos, diz Mallmann, que está na hora das autoridades brasileiras tomarem algumas providências no sentido de evitar a entrada deste produto. Por este mel provenien-

te do Uruguai, não podemos oferecer garantias, nem pela sua origem e nem pela sua qualidade". O que os produtores da região de Dom Pedrito mais lamentam é o fato deste produto ingressar no mercado brasileiro, justamente no momento em que o consumidor começa a confiar no produto brasileiro.

Na próxima safra, a Regional de Dom Pedrito, espera receber entre 35 a 40 mil quilos de mel. O interesse pela atividade vem crescendo bastante, chegando, inclusive, a acarretar uma certa saturação da atividade em determinadas regiões, constatada pela redução na produtividade. O Mallmann explica melhor a situação:

— Fizemos esta constatação depois de observar a colméia de um produtor. De início ele possuía 20 caixas de mel, mantendo uma média de produção em torno de 40 a 50 quilos de mel por colméia. Ao aumentar sua colméia para 50 caixas, não conseguiu colher mais do que 25 quilos de mel por unidade.

Identificação pela análise

"De nada adianta o apicultor produzir mel, se não observar alguns detalhes durante a colheita e o manuseio do produto", assegura Alfredo Eberle, bioquímico, que nas horas de folga lida com abelhas. Todo o interesse pela apicultura levou Alfredo Eberle até Florianópolis, em Santa Catarina, em outubro de 1982, para participar do Curso Latino Americano de Mel, promovido pela Confederação Brasileira de Apicultores. Eberle fez o curso através da Associação de Apicultores de Ijuí.

O curso forneceu a Eberle subsídios para dispensar uma maior atenção para o mel produzido na região, principalmente no que se refere ao aspecto qualidade. Através de seu Laboratório de Análises Clínicas, equipado com moderníssimos aparelhos, Eberle vem prestando serviços não apenas para a Associação de Apicultores, da qual é um dos associados, mas também a Cotrijuí, realizando análises de todo o produto recebido.

A análise do mel não é um processo simples e nem existe qualquer método caseiro, que seja capaz de identificar a pureza do produto. Nem a utilização de um fósforo mergulhado no

mel, como muitos consumidores costumam utilizar, é capaz de identificar se o mel é puro ou falsificado. "Não é nada fácil afirmar com certeza se um mel é puro ou não. A única garantia, que temos é através da análise do produto". Essa análise química, feita dentro do laboratório, é bastante complexa e leva algumas horas até apresentar o resultado final.

Segundo Eberle, nem mesmo através da degustação, é possível identificar a qualidade de um mel. "Essa classificação se torna mais difícil ainda devido aos diferentes tipos de floração utilizado pelas abelhas na fabricação do mel". Outro fator importante a ser considerado é a época de colheita e também o tempo. "Quem quiser ter certeza de que está comprando um produto puro é só adquirir mel cristalizado. A cristalização é uma das maiores provas da pureza do produto", assegura. As propriedades terapêuticas do mel também vão depender do tipo de floração utilizada. "Por exemplo, um mel retirado da flor do eucalipto é excelente para o aparelho respiratório", exemplifica. Lembra ainda, que as abelhas jamais recolhem o néctar de flores consideradas tóxicas.

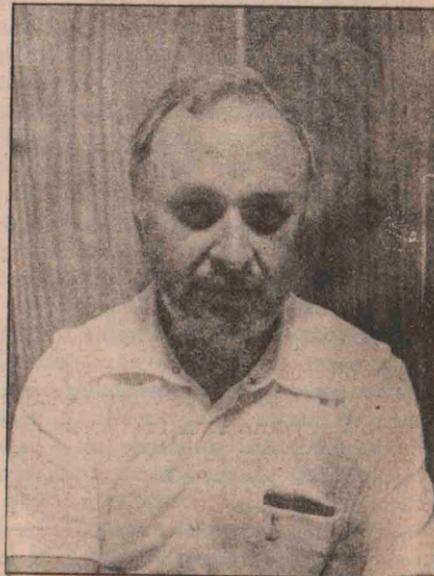
MUITA HIGIENE

A higiene dos equipamentos usados durante a extração do mel é fundamental para a qualidade do produto. Para que o mel não estrague e nem se torne tóxico, Eberle sugere o uso de embalagens de plásticos ou então de inox, mas jamais de madeira, "capaz de comprometer a qualidade do produto". Outra observação: o mel deve ser coletado em dia seco.

As embalagens devem permanecer sempre bem fechadas para evitar a entrada de umidade e mesmo do ar. "A umidade leva o mel a fermentar e produzir uma substância tóxica chamada "hidroxi-metil-purpural" (também conhecida pela sigla HMF), responsável por distúrbios no aparelho digestivo das pessoas que consumirem este mel, e também pela morte de abelhas, quando a elas fornecido como alimento. O próprio aquecimento do mel, mesmo que seja em banho-maria não é recomendado, pois além de tornar o produto tóxico, destrói as vitaminas e outras substâncias.

Todo o mel que se apresentar separado em duas partes, sendo a camada de baixo sólida e a de cima líquida e de cor

marrom, está estragado e não deve ser consumido. "Este mel pode ter sido puro, mas estragou por outras razões, como excesso de umidade, falta de cuidados na coleta e na armazenagem, com a utilização de vasilhames inadequados".



Alfredo Eberle: muitas análises

Forrageiras em consórcio: mais economia e melhoria do solo

Há quatro anos atrás, uma área de pouco mais de sete hectares, localizada no Centro de Treinamento da Cotrijuí e que vinha sendo ocupada com o milho no verão e aveia no inverno, foi transformada em piquetes de pastagens consorciadas (gramíneas com leguminosas). Toda a área em experimentação está dividida em cinco piquetes, com áreas que variam de 0,9 hectares a 1,8 hectares.

Através do consórcio de leguminosas com gramíneas, se encontrou uma forma simples de manter o solo constantemente coberto, seja com trevos, azevém e aveia durante os meses de inverno ou milho no verão. O que se pode observar com o cultivo das pastagens anuais é que elas representavam um sistema de rentabilidade econômica um tanto duvidosa, isto pela necessidade de adubação que as pastagens exigiam constantemente. Tanto o milho como a aveia, por serem gramíneas, são bastante exigentes em Nitrogênio.

Foi justamente no sentido de buscar uma maior economia e principalmente uma diminuição nos custos e ainda uma melhoria no solo, que esta área que vinha sendo ocupada com pastagens anuais, passou a ser ocupada com pastagens consorciadas de gramíneas e leguminosas, como os trevos branco e Yuchi. A utilização dos trevos teve ainda a intenção de aproveitar a sua capacidade de sintetização do Nitrogênio. De resto, como ficou constatado nos três anos de experiência, estas áreas, ao serem submetidas a um manejo adequado, fornecem pastagens para a criação, por cer-

to tempo, a custo bastante baixo.

PARA FACILITAR

A divisão da área em piquetes, segundo o agrônomo Renato Borges de Medeiros, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, tem a intenção de facilitar o manejo dos animais em cima das pastagens. "Toda a questão, como ressalta, está na realização de um manejo adequado, em que tanto o animal como a pastagem tenham condições de desenvolver suas potencialidades máximas". Evidentemente que o acompanhamento constante de todo o trabalho vai determinar o seu sucesso.

Se bem conduzida, uma pastagem pode ser mantida permanentemente, apenas com algum reforço na semeadura dos trevos e azevém. A adubação pode sofrer alguma redução, mas jamais ser eliminada de toda, como observa o Renato, "pois os fertilizantes químicos garantem um maior potencial de produtividade das pastagens. De outro lado, a matéria orgânica no solo vai aumentando com o passar do tempo, devido a cobertura vegetal permanente e também por causa dos esterco e urinas dos animais que ficam armazenadas em cima do solo. Por todos estes fatores e ainda mais pela utilização do sistema de plantio direto, todos os problemas de erosão são evitados.

CONVIVÊNCIA PERFEITA

Dentro deste sistema de cultivo a grama e o solo convivem perfeitamente. A grama ne-



Pasto de qualidade e gado gordo durante todo o ano

cessita do solo como fonte de água e nutrientes para poder sobreviver. O solo por sua vez, precisa da pastagem para garantir a manutenção e a ampliação de seu espaço vital (maior presença de minhocas e animais menores) e ainda assegurar o aumento do seu potencial produtivo.

A intenção, mesmo considerado os resultados alcançados com a experiência, é a de introduzir uma outra planta para o período de verão, como alternativa ao milho, que apesar de excelente para a pastagem dos animais, enfrenta problemas de germinação e estabele-

cimentos, principalmente por ocasião do plantio direto. Por apresentar semente pequena, o crescimento inicial do milho é relativamente lento, sofrendo a concorrência de outras plantas. Os próprios trevos podem atrapalhar o crescimento do milho.

Neste sentido, até já foi feita uma experiência com o teosinto (dente-de-burro), alcançando bons resultados. "Em novembro, diz o Renato, vamos voltar a repetir a experiência com o teosinto, que nos parece ser mais uma alternativa de pasto anual de verão, a ser utilizada. "A úni-

ca coisa que merece destaque no caso do teosinto é sua baixa capacidade de rebrote e sua aparente exigência em termos de fertilidade do solo.

O produtor que decidir estabelecer este sistema de pastagens consorciadas na sua propriedade, não necessita, obrigatoriamente, incluir todas as espécies utilizadas no CTC. Cada um deve escolher as espécies que melhor lhe convier, "Mas uma coisa é certa, diz o Renato, a experiência já nos provou que, como leguminosa, os trevos branco e o Yuchi funcionam muito bem quando semeados juntos".

Muita atenção para o manejo

Todo o sucesso do sistema de consorciação de leguminosas com gramíneas vai depender não só do estabelecimento das pastagens, como também do manejo adequado. O preparo da terra deve ficar com uma escarificação, sempre tomando o cuidado de anexá-lo o mínimo possível. Se o solo estiver compactado demais, será necessário uma subsolagem. Uma análise no solo vai determinar os índices de acidez e a necessidade ou não de correção. Como normalmente os solos da região apresentam um pH 5,5, este índice precisa ser elevado para próximo a seis. Para tanto, basta apenas uma correção na camada superficial do solo, até mais ou menos 10 centímetros de profundidade, utilizando as quantidades recomendadas no boletim de análise do solo. Esta recomendação também é válida para o caso do fósforo e do potássio.

De resto é não descuidar

da adubação e nem da inoculação das sementes de leguminosas, lembrando que no ano do estabelecimento das pastagens se faz necessário o uso do Nitrogênio nas forrageiras de inverno. A recomendação técnica manda colocar 200 quilos de uma fórmula semelhante aos níveis de 6-26-16 (disponível na Cotrijuí). No plantio do milho, a adubação também deverá ser repetida, pois os trevos, nesta época, estão entrando em dormência vegetativa, com suas sementes armazenadas no solo.

A indicação para a adubação, continua sendo a mesma utilizada para a aveia. A adubação de cobertura com nitrogênio vai depender do aspecto da pastagem. No ano do estabelecimento é recomendado a utilização de 50 a 80 quilos por hectare de uréia. Nos anos seguintes a dependência com adubação nitrogenada em cobertura diminui bastante.

TRÊS ESPÉCIES DE TREVOS

O estabelecimento dos trevos pode ocorrer no outono, em semeadura simultânea com a aveia e o azevém anual. Nestes três anos de experiências foram utilizadas três espécies de trevos (branco, Yuchi e o subterrâneo Clare), todos semeados à lanço. Os trevos foram semeados numa proporção de um quilo para o branco, três a quatro quilos para o Yuchi e três a quatro quilos para o Clare. Também foi semeado à lanço, o azevém, na base de 10 quilos por hectare, em sistema de plantio direto.

Caso o plantio seja feito no início de abril, o primeiro pastejo já poderá ser feito, isso se o ano correr bem, em meados de junho. Este pastejo vai permitir um maior desenvolvimento dos trevos. Em agosto, por ocasião do segundo pastejo, o gado vai comer aveia, azevém e o trevo Clare.

Quando ocorrer o terceiro

pastejo, por outubro, a aveia já estará em final de ciclo e os animais, além de rapar a aveia, ainda vão comer o Clare, um pouco do Yuchi e do branco e o azevém. O Clare, por sua vez, também estará chegando ao final do seu ciclo, começando a armazenar sementes no solo, na base de 200 a 300 quilos por hectare. Em meados do mês de dezembro, vai ocorrer o último pastejo das pastagens de inverno. É a oportunidade de realizar a semeadura direta do milho, já que as pastagens vão ser rapadas ao máximo. Os animais vão comer o resto do Clare, o azevém (com a semeadura natural garantida, na base de 300 quilos por hectare) e ainda os trevos branco e Yuchi.

Na semeadura do milho deverá ser usado entre 25 a 30 quilos de semente por hectare. A planta só terá condições de alimentar o gado por fevereiro. O segundo pastejo do milho

poderá ser feito entre março e abril, baixando o pasto ao máximo, para permitir a germinação das sementes de trevos e do azevém armazenadas no solo. No final de abril, se faz o plantio da aveia, utilizando-se 70 quilos de semente por hectare e a linha.

Um manejo adequado evita o plantio dos trevos e azevém. Em caso de algum descuido e entrada de animais antes do tempo indicado para o pastejo, a ressemeadura natural, tanto dos trevos como do azevém pode ficar comprometida. "É por esta razão que recomendamos um acompanhamento rigoroso do desenvolvimento das pastagens, trocando os animais de piquetes, sempre que se fizer necessário", alerta Renato. Por esta época do ano, a aveia já está semeada, e o produtor que visitar o CTC, poderá observar como este manejo vem ocorrendo, bem como a ressemeadura natural dos trevos e do azevém.

O ganho de peso dos animais

Em cima destas pastagens consorciadas (trevos, azevém, aveia no inverno e milho no verão), vem sendo realizado um trabalho com novilhos precoces, na intenção de avaliar o ganho de peso vivo em quilos por hectare/ano, destes animais. Com uma lotação média de 2,7 unidades animais por hectare o ganho médio de peso vivo anual por hectare tem alcançado 761 quilos. O ganho de peso, médio diário de um animal (ver gráfico 2), tem ficado em 674 gramas.

O Pedro Luíz Maboni, técnico em administração rural e responsável pela área de custos do CTC faz uma observação, salientando que todo o resultado deste trabalho com pastagens

consorciadas (gramíneas e leguminosas) depende muito do manejo adequado dos animais em cima das pastagens.

O trabalho vem sendo realizado com dois lotes de novilhos (Hereford e Charolês), e de acordo com os dados do acompanhamento, têm-se verificado que os ganhos médios de peso entre os dois lotes são bastante semelhantes. Mas os animais da raça Charolês, estão levando uma pequena vantagem em relação aos animais Hereford, mantendo uma média de ganho de peso diário de 626 gramas. Os animais Hereford, obtiveram, um ganho de peso de 570 gramas (ver gráfico 1). "Se observarmos o comportamento do ganho de peso nos no-

vilhos, vamos verificar que as oscilações apresentaram as mesmas tendências", diz o Maboni. Estas oscilações, em parte, são explicadas pela disponibilidade e qualidade das pastagens.

MÉDIA MENSAL

O gráfico 1 mostra a média mensal de ganho de peso diário, em gramas, dos dois lotes em cima das pastagens consorciadas. Pode-se observar pelos números, que logo de início os animais perderam peso. "Isto, segundo o Maboni, deve-se basicamente, ao período de adaptação dos animais em cima dos pastos. Já pelo mês de setembro e outubro, os novilhos apresentaram um excelente ganho de peso, principalmente pela abundância e qualidade dos trevos, azevém e aveia. No entanto, durante os meses de verão, o ganho de peso

voltou a cair, mas ainda permaneceu numa média considerada muito boa. A situação se agravou, com a chegada do final do ciclo das pastagens de verão, nos meses de março e abril, e também pelo fato de alguns animais terem sido castrados. Em abril, por exemplo, o ganho de peso caiu para 70 quilos, para os animais da raça Hereford e 272 para os animais da raça Charolês.

Numa comparação entre as médias do último período (gráfico 1), com a média histórica dos nove lotes que já passaram pelo Centro de Treinamento (Gráfico 2), verifica-se, que em apenas dois meses (setembro e outubro), a média geral foi superada.

DESGASTE

O Maboni que vem acompanhando o trabalho desde a sua implantação lembra que os ga-

nhos negativos registrado no gráfico 1 (- 788 e - 280 gramas para os animais de raça Hereford e Charolês, respectivamente), são perfeitamente explicados. "É preciso considerar que houve um desgaste em função do período de adaptação dos animais aos pastos, somado a uma precipitação de aproximadamente 400 milímetros, durante este período".

O Gráfico 3 mostra a média de produção de carne por hectare/ano. Pela análise do gráfico pode-se observar que a média do último ano em torno de 680 quilos por hectare/ano caiu bastante em relação a média geral histórica, que é de 761 quilos por hectare/ano. Tal fato se explica, segundo o técnico pelo fato do ano correr com um clima bastante variado.

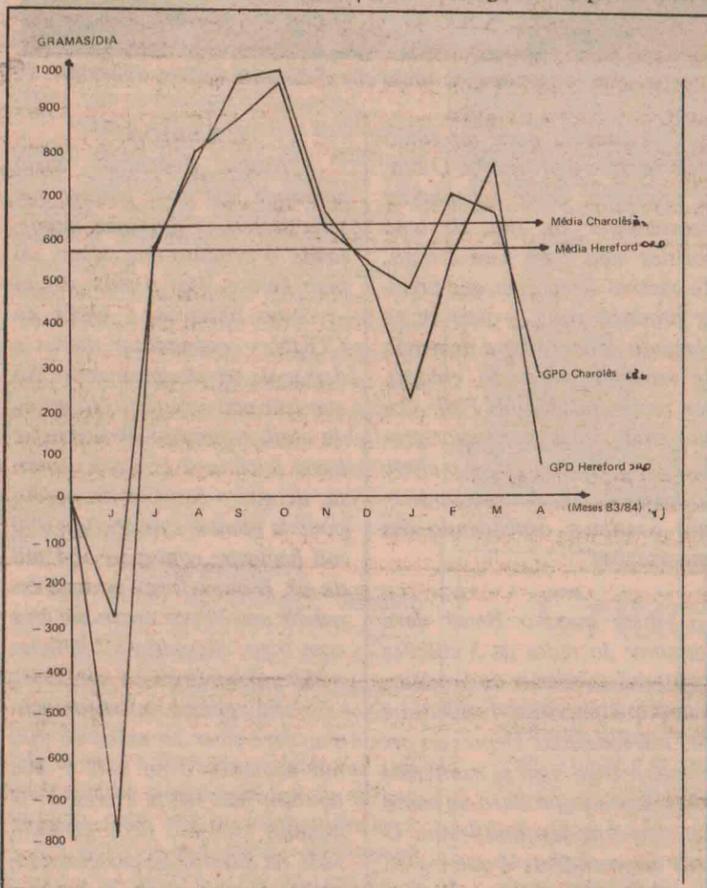


Gráfico 1 - Média mensal de ganho de peso diário (gramas) de dois lotes de novilhos, sobre pastagem consorciada de trevo branco, Yuchi, mais aveia e azevém. CTC/82/83.

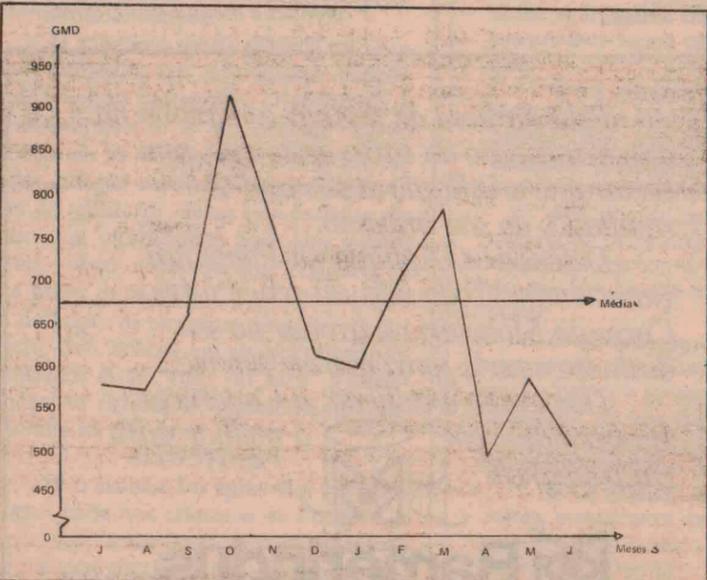


Gráfico 2 - Média mensal de ganho de peso diário (gramas) de nove lotes de novilhos, sobre pastagens consorciadas de trevos (branco, Yuchi e subterrâneo), com azevém e aveia. CTC - 1977 a 1984.

Quadro 1		
MESES	G.M.D. - Gramas	
	Hereford	Charolês
Jun.	788	- 280
Jul.	576	560
Ago.	767	801
Set.	971	874
Out.	987	962
Nov.	667	624
Dez.	516	585
Jan.	214	476
Fev.	556	696
Mar.	771	655
Abr.	70	272
Média . . .	570	626

Quadro 2	
MESES	G.M.D. - Gramas
Jul.	576
Ago.	571
Set.	659
Out.	915
Nov.	773
Dez.	608
Jan.	598
Fev.	705
Mar.	780
Abr.	493
Mai.	582
Jun.	505
Média	674

Quadro 3	
ANOS	PRODUÇÃO (kg/ha/ano)
77/78	762
78/79	834
79/80	767
79/80	753
80/81	717
81/82	810
82/83	768
83/84	680
Média	761

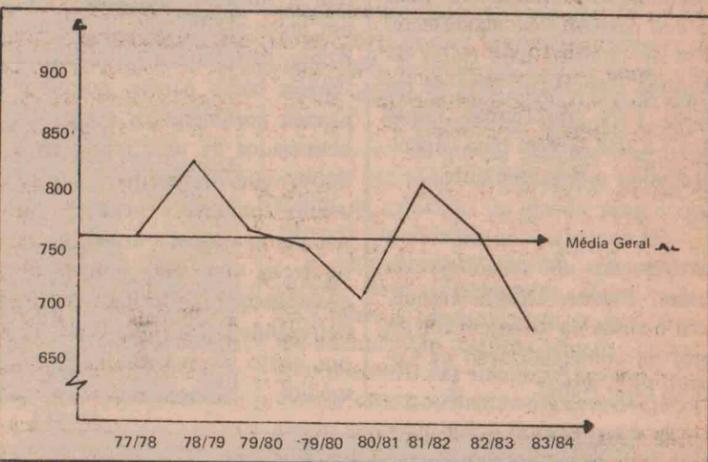


Gráfico 3 - Produção de peso vivo (quilos por hectare/ano) em consorciação de trevos (branco, Yuchi e subterrâneo), aveia e azevém no inverno e milho no verão. CTC - 1977-1984.

Os custos

Considerando os gastos com sementes, fertilizantes, corretivos, combustível e lubrificantes, peças e reparos, mão-de-obra, depreciação das máquinas e custos financeiros, o custo de um hectare com aveia, trevos e azevém ficou por volta de Cr\$ 299.916,55. O custo de um hectare de milho ficou em Cr\$ 218.623,80.

Os custos financeiros é o item de maior peso, absorvendo em torno de 50 por cento do custo total. Em seguida aparecem os fertilizantes, representando entre 28 a 30 por cento do custo total. "Portanto, alerta o Pedro Luiz Maboni, "é neles que o produtor deve ficar de "olho", para economizar". Para os cálculos deste custo foram considerados os percentuais da nova sistemática do Crédito Rural, "hoje quase insuportáveis".

PRODUÇÃO DE CARNE

Em sete anos, mantendo uma média de 2,7 unidades animais por hectare, o trabalho vem apresentando uma média histórica de produção de carne por hectare/ano, em torno de 761 quilos. Numa comparação com o receituário de venda da produção de carne/hectare/ano, no valor de Cr\$ 532.700,00, com o custo anual das pastagens, no valor de Cr\$ 518.540,00, apareceu um retorno econômico de Cr\$ 14.159,00 por hectare/ano.

Comparativo entre a produção de carne/ha ano e o custo das pastagens/ha/ano. CTC - Maio/84.

Custo da Pastagem - Cr\$ Inv. e verão	Receita venda de carne Cr\$	Margem Cr\$
518.540,00	532.700,00	14.160,00

Obs: Preço do boi vivo - kg = 700,00
Produção carne/ha/ano = 761 kg

Comercialização em discussão

“A única informação que temos para comercializar a nossa produção é a safra anterior”, resumiram os Representantes ao mostrar como o produtor não tem nenhuma segurança ao tomar qualquer decisão na hora de comercializar sua safra de soja. Esse desabafo e ainda a questão do “preço médio”, “que só faz o produtor perder dinheiro”, como alegaram alguns, foram os assuntos da ordem do dia levantados pelos Representantes das Unidades de Ijuí e Ajuricaba, que tiraram uma manhã inteira para conversar e discutir o assunto comercialização. Esse encontro, que também acontecerá nas demais Unidades da Região Pioneira, faz parte de uma intensa programação definida no final do ano passado, que estabelecia, além de reuniões para tratar de assuntos específicos, dias de estudos para aprofundar temas atuais e que servem para capacitar melhor o Representante.

O encontro contou com a participação do tecnólogo da Criaec, Fidene, Dilson Trennepohl e ainda do coordenador do setor de comercialização da Cotrijuí, Ênio Weber.



Representantes debatem quando e como comercializar

Para entender toda a questão de formação de preços da soja, Dilson Trennepohl disse que é preciso ter em mãos muitas informações, que vão desde o volume de soja exportado (tanto de grãos como de farelo), até fatores que ocorrem alheios a Bolsa de Chicago. Como fatores importantes, capazes de influir nos preços, colocou a intenção de plantio nos Estados Unidos, situação das safras dos principais consumidores, cotação das moedas e metais, políticas agrícolas dos países produtores e consumidores e política agrícola brasileira.

Os Representantes ainda quiseram saber da possibilidade das Cooperativas gaúchas se unirem e lutarem pela criação de um preço médio único. O Ênio Weber não acha a questão tão simples como parece, porque é preciso considerar os custos diferenciados de uma região para outra, que tornariam o preço médio totalmente inviável. No seu ponto de vista, a questão se resolveria com uma tomada de consciência do próprio produtor, entregando nem que fosse 10 por cento de sua safra a preço médio.

Trigo: o impasse do baixo custeio

“O Brasil precisa aumentar sua produção de trigo, e o agricultor está disposto a plantar mais. Mas faltam recursos”. Esta não é uma queixa de dirigentes de cooperativa ou sindicato. É uma conclusão de um técnico do governo, o coordenador nacional do CTRIN – Departamento de Comercialização do Trigo do Banco do Brasil, Nilo Fensterseifer. Ele andou percorrendo as regiões produtoras do Estado, em fins de abril, e terminou reforçando o apelo dos produtores, em favor de maiores verbas para custeio, que afinal foram anunciadas em maio.

Fensterseifer esteve em Ijuí, onde foi recebido pelo vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews, outros dirigentes da Cooperativa e pelo gerente do Banco do Brasil, Amário Mombach. De todos eles o chefe do CTRIN ouviu o que já havia escutado em outros municípios: o custeio para a lavoura é insuficiente. “As verbas cobrem no máximo os gastos com semente e fertilizantes”, admitiu o visitante, que ficou preocupado com a ameaça de redução na área de plantio.

RELATÓRIO

O apelo dos produtores foi transformado num relatório, que o próprio Fensterseifer entregou, dias depois, ao ministro da Agricultura, Nestor Jost. Ele sugeria aumento da cobertura para grandes e médios produtores, que recebem 40 e 60 por cento do VBC. No início de maio, Jost anunciou que os grandes agricultores teriam 60 por cento do VBC, e os médios, 80 por cento. Mas os custos deste financiamento suplementar serão de correção monetária mais 8 por cento, e não três por cento, como é a taxa do crédito rural.



Fensterseifer (ao centro, de blusa clara) durante a visita a Cotrijuí

A medida pode ter vindo meio tarde, e é provisória. O Brasil precisaria, como reconheceu Fensterseifer em Ijuí, de uma política mais clara para o trigo. Ao mesmo tempo em que precisa produzir mais, o país se vê obrigado a controlar a demanda de recursos, cortando crédito, por recomendação do FMI. Como, então, conseguir maior produção? “O certo – disse o chefe do CTRIN – é que não poderemos continuar dependendo das importações”.

Este ano, o Brasil deve consumir ao redor de 5 milhões e 800 mil toneladas do produto, e terá que importar 4 milhões e 200 mil toneladas. Depois do petróleo, o trigo vem se mantendo como segundo produto na pauta das importações brasileiras. O mais surpreendente é que o grão comprado do exterior custa para o governo, entregue nos moinhos, 190 dólares a tonelada. Já o trigo nacional tem um custo de 270 dólares.

E A SAÍDA?

Numa conclusão meio apressada, até pode parecer que seria preferível continuar importando o produto que, afinal, sai mais barato. Mas o país precisa – como observou o chefe do CTRIN – economizar divisas e deixar de ser tão dependente. Só que isso não será fácil. No início de abril, o próprio Fensterseifer havia feito uma previsão otimista, de que o Rio Grande do Sul poderia plantar este ano uns 900 mil hectares, contra os 684 mil de 83. E que o Brasil poderia expandir em 20 por cento sua área com trigo, chegando a 2 milhões e 250 mil hectares.

Na verdade, a lavoura gaúcha deve ficar ao redor de 700 mil hectares, e no país a área também não tende a crescer. O impasse este ano ficou centralizado na questão do custeio, e somente aí pelo início de junho é que poderá ser feita uma avaliação da medida que aumentou a cobertura do custeio para grandes e médios produtores.

Ponha a safra pra render na Poupança Bamerindus.



Está na hora de ganhar o máximo na comercialização da safra deste ano, sem deixar que a inflação acabe com os resultados do seu trabalho.

Defenda-se. Aplique na Poupança Bamerindus. Todo mês ela rende juros e Correção Monetária e vai dar ao seu dinheiro aquela força que ele precisa.

Do plantio à colheita, a Caderneta Bamerindus tem a melhor safra em poupança.

Bamerindus
O banco da nossa terra.

O começo da reaproximação

Há tempos que a direção da Cotrijuí e as lideranças sindicais rurais da Região Pioneira não se sentavam para trocar idéias em torno de assuntos relacionados com a Cooperativa e com as atividades das entidades desta área. Pois no dia 25 de abril o reencontro aconteceu, em Ijuí, prometendo uma reaproximação que pode resultar em reuniões mais freqüentes. O encontro teve a participação de uns 20 dirigentes de sindicatos de trabalhadores e empregadores rurais, e serviu para que se discutisse, entre outros temas, três questões prioritárias no momento: o plebiscito sobre a estrutura do poder, o desmembramento das regionais e comercialização.

A reunião oportunizou, na verdade, um debate em torno dos caminhos que deverão ser seguidos, para que a gestão da cooperativa continue sendo democratizada, e a partir daí as grandes decisões em andamento sejam tomadas com segurança. E isso somente poderá acontecer com a participação dos associados, dos representantes e dos conselheiros, de forma cada vez mais ativa na vida da Cotrijuí, como ressaltou o vice-presidente Arnaldo Drews, que coordenou o encontro.

Vieram a Ijuí lideranças sindicais do próprio município e de São Martinho, Santo Augusto, Augusto Pestana, Jóia, Miraguai, Tenente Portela, Chiapetta e Ajuricaba. Pela direção, participaram o vice-presidente e os diretores Rui Polidoro Pinto, de Comunicação, Educação e Recursos Humanos; Bruno Eisele, da Regional Pioneira; Euclides Casagrande, de Operações; e Lurdes Froemming, da área Administrativa e Financeira; com o apoio do pessoal da Comunicação. O presidente Ruben Ilgenfritz da Silva e o superintendente Clovis Adriano Farina estavam em Brasília naquele dia, e por isso não puderam participar.

RECUPERAÇÃO

No início da conversa, Arnaldo Drews fez uma exposição sobre o organograma da Cooperativa, com suas áreas e atribuições, observando que aos poucos a Cotrijuí vem introduzindo reformas administrativas para dinamizar suas atividades. Logo depois, Lurdes Froemming fez uma rápida análise dos resultados do último exercício, com base no balanço financeiro. Ela lembrou que, apesar do prejuízo de Cr\$ 14,5 bilhões, registrado em 83, a Cotrijuí conseguiu um bom resultado operacional no ano passado; reduziu seu endividamento, em relação à inflação; e continua com um sólido patrimônio (veja Cotrijournal de março).

O exercício de 83 já havia sido bastante debatido, um mês antes, e ocupou pouco tempo da reunião. O plebiscito, o desmembramento e as eleições de 85 motivaram as manifestações mais prolongadas, porque envolvem a participação direta do produtor. Estas três decisões são meio que interligadas, pois uma puxa a outra, como observou Rui Polidoro, já que estão de alguma forma dependentes da definição da estrutura do poder. O plebiscito deve ocorrer em agosto, quando os associados dirão "sim" ou "não" à manutenção do sistema de representantes, implantado há três anos.

SUGESTÕES

Se o sistema for aprovado, ele passa a fazer parte dos estatutos da Cotrijuí. A partir daí, serão então estabelecidas as normas para participação dos representantes e associados na escolha dos dirigentes

da Cooperativa e, como um todo, também farão parte dos estatutos. Mas de que forma esta participação poderá acontecer? Até agora o que há são muitas sugestões em estudos, e outras deverão surgir, relacionadas com a elaboração de chapas, forma de votação e detalhes da assembléia. As mudanças nos estatutos, com a introdução do sistema de representantes e outras inovações, não dependem apenas de uma decisão da Cooperativa e dos associados, mas também de aceitação por parte do INCRA. O plebiscito, de qual-

quer forma, deve acontecer em agosto, enquanto se dará continuidade à troca de idéias em torno dos outros detalhes. E os sindicatos — segundo Polidoro — podem contribuir com este debate.

O desmembramento, por sua vez, dificilmente será colocado em prática este ano, mas isso não quer dizer que sua discussão deva ser adiada para 85. Desde já o tema ganha importância, mesmo porque já vem sendo abordado há vários meses. E é bom que se diga, para que não surja confusão, que o plebiscito sobre a efetiva-

ção ou não do sistema de representação acontecerá num momento, e que a decisão sobre o desmembramento possivelmente depois, e não ao mesmo tempo. São medidas políticas, que têm ligação direta com reformas administrativas, mas que acontecerão em épocas diferentes.

LEVANTAMENTO

Ainda não se sabe, segundo Arnaldo Drews e Polidoro, qual a organização administrativa ideal, que será a base desta inovação. O que se tem até agora é uma proposta elementar, de transformação das regionais (Pioneira, Mato Grosso e Dom Pedrito) em cooperativas singulares, com a criação de uma central. Mas quais seriam as atribuições desta central? Ela apenas prestaria serviços? Estas perguntas ainda não têm resposta, e talvez somente sejam esclarecidas com um trabalho que vem sendo feito para que se conheça a fundo a situação de cada regional.

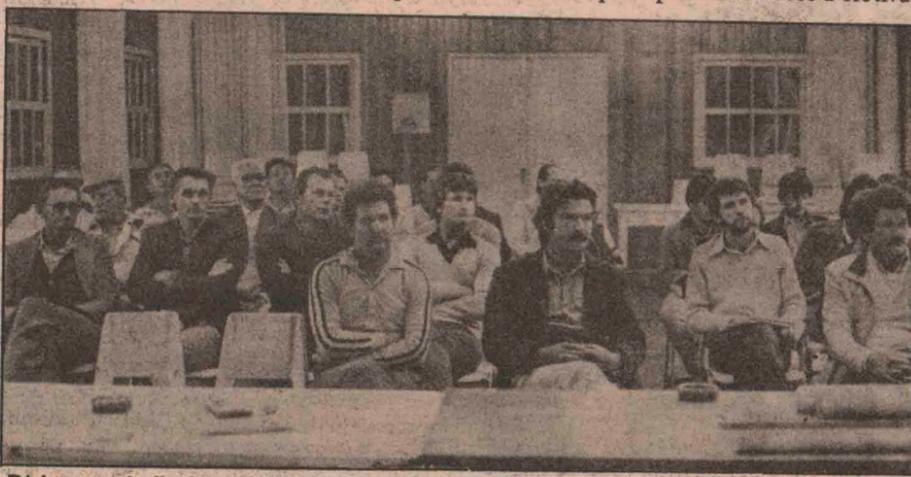
O levantamento é realizado pelo staff da presidência, em Porto Alegre, e deve ser concluído nos próximos meses. Tanto Arnaldo Drews como Polidoro ressaltaram que, ao propor o desmembramento, a Cotrijuí não está admitindo um erro, "mas apenas tentando adequar-se a uma nova conjuntura, a uma época em que a eficiência administrativa exige mudanças". O importante, segundo o vice-presidente, "é que se procure manter a unidade de todos os associados, independente da condição de grande, médio ou pequeno produtor".

Esta unidade, mesmo que pareça difícil, deve ser perseguida, disse Drews, para quem é preciso fortalecer os interesses comuns. Ele também defendeu durante o encontro um acompanhamento mais efetivo dos conselheiros nas decisões, chegando a sugerir que o Conselho seja sempre chamado a opinar quando de medidas planejadas pela diretoria executiva. "O Conselho — disse ele — não pode se limitar a apenas dizer sim ou não, mas estar ao lado da direção, se possível de forma permanente. Se não for assim, como haverá a renovação de lideranças?"

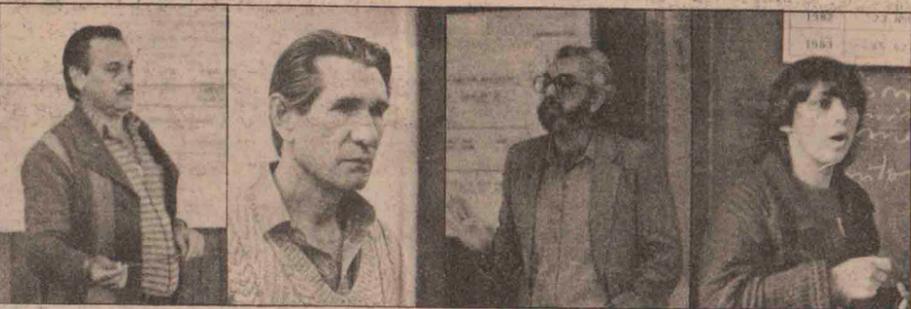
BOM COMEÇO

A reunião também abordou temas das áreas operacionais, que foram desde o atendimento ao associado até a formação e aperfeiçoamento de pessoal (veja ao lado). Nos assuntos gerais, Bruno Eisele comentou a necessidade de se definir uma política de comercialização para a soja, com base em critérios que atendam interesses dos produtores e, diretamente, também da Cotrijuí. Este é outro tema para muita conversa, que está apenas sendo levantado, mas se espera que esta política de comercialização esteja pelo menos alinhavada até a próxima safra.

Hoje, a liquidação baseada no chamado preço na pedra (preço do dia) implica, cada vez mais, em altos riscos, e precisa ser reestudada em conjunto pela direção e associados, segundo Bruno Eisele. Foi lembrado, com a ajuda de gráficos, que o mercado da soja esteve totalmente instável nos últimos 10 anos, e que as perspectivas não são promissoras. As lideranças sindicais, que não só ouviram mas também falaram, saíram da reunião já convidadas para um novo encontro, possivelmente em maio. Para início de reaproximação, a primeira reunião ficou além do que se esperava, pois deveria acontecer apenas durante a manhã e se prolongou até às 17 horas.



Dirigentes sindicais ouviram, perguntaram e também emitiram opiniões



Drews

Eisele

Polidoro

Lurdes

Críticas e também sugestões

Os assuntos levantados pelos dirigentes da Cotrijuí permitiram um amplo questionamento, por parte das lideranças sindicais presentes. Este debate, em torno de vários aspectos, abordou questões abrangentes, políticas e operacionais, com críticas e sugestões. Abaixo, uma síntese de algumas das principais manifestações dos sindicalistas:

- Os representantes nem sempre conseguiram expressar, quando dos encontros com a direção, as reais aspirações das bases. Há lideranças que estão sendo questionadas neste sentido, mas no geral o comportamento da maioria vem sendo satisfatório. O sistema de representação precisa ser aperfeiçoado quanto ao seu funcionamento e para que o líder de núcleo esteja melhor instrumentalizado para entender o que acontece na Cooperativa.

- A participação do representante não deve ficar restrita às grandes decisões, como — por exemplo — a escolha dos novos dirigentes da Cooperativa. O acompanhamento deve acontecer mais no dia-a-dia, para que, se possível, o representante opine também a respeito de medidas econômicas adotadas pela direção.

- Os integrantes dos conselhos de administração e fiscal devem, cada vez mais, estar de fato comprometidos com o cooperativismo. O distanciamento ou a omissão dos conselheiros precisam sempre ser bem analisados, para que estes cumpram realmente com suas funções. O excesso de centralização das decisões pode e deve ser contornado com uma participação mais efetiva dos conselheiros.

- É preciso investir na formação ou renovação do quadro de pessoal, para que todos os setores da Cooperativa sejam mais eficientes. E este investimento deve levar em conta, com prioridade, a formação e o aperfeiçoamento de pessoas que tenham ligação com o meio rural, que conheçam de perto a realidade do produtor.

- A avaliação do desempenho da Cooperativa, ao final de cada exercício, vem sendo prejudicada pelo atraso na liberação do balanço. Este ano, por exemplo, o balanço somente chegou aos associados, através de encarte no Cotrijournal, menos de um mês antes da assembléia. Mesmo assim, foi ressaltado um ponto positivo: os dados apresentados no relatório estavam bem explicados, compensando em parte o prejuízo provocado pelo atraso.

- Os sindicatos e as cooperativas se mantiveram meio que afastados um do outro, nos últimos anos, mas a reaproximação deverá acontecer. Debatendo, dispondo de um maior volume de informações e assumindo uma posição crítica, independente, sempre que necessário, o sindicalismo pode ser um aliado do cooperativismo.

Falta de incentivo ameaça atividade

A queda na produção de leite, que vem se mostrando cada vez mais acentuada à medida em que se aproxima o inverno, foi o principal assunto da reunião dos freiteiros, realizada no dia 4 de maio, no auditório da Cotrijuí, em Ijuí. Além dos freiteiros de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana, estiveram presentes a reunião, o diretor da Regional Pioneira, Bruno Eisele, o responsável pelo setor de leite da Cotrijuí, João Valmir Cezimbra Lopes, o Gerente da Unidade de Ijuí, Clóvis Rorato de Jesus e ainda o veterinário Luís Santos Silva, do Ministério da Agricultura.

A situação está chegando a tal ponto, segundo os freiteiros, que se nada for feito em favor da atividade leiteira, ela está ameaçada de desaparecer num curto espaço de tempo. Os freiteiros apontaram como responsável pela baixa produção de leite, a falta de incentivos para a atividade, o frete 2, os preços desestimulantes do leite, o leite excesso e ainda a retirada da cota prêmio. Embora por esta época do ano quase sempre ocorra uma queda na produção, como consequência do final de ciclo das pastagens de verão, eles lembraram que em nenhum ano anterior a situação esteve tão grave. Em março de 1982, a média de recebimento de leite por produtor foi de 20 litros diários. Em abril essa média caiu para 17 litros. Em março de 1983 a média diária de recebimento de leite ficou em 18 litros e abril fechou com 15 litros. Neste ano o mês de março fechou com uma média de 17 litros diário e o mês de abril com 13 litros.

INVIABILIZANDO

Por essa razão, as linhas de leite começam a se tornar inviáveis para uma coleta diária. "A nossa preocupação, lembrou o Lopes na oportunidade, "é que o freiteiro também se viabilize com a atividade". O que os freiteiros levantam é que coletar 3.000 litros de leite diariamente ou 500, tem o mesmo custo. E quase que freiteiro nenhum anda suportando tantas despesas e tão pouco retorno. O Lopes também concorda que é preciso uma sensibilidade maior por parte das autoridades no sentido de viabilizar a atividade. "O primeiro passo poderia ser dado a partir da retirada do frete 2 e do estabelecimento de um preço único compensador, capaz de remunerar os custos de produção".

LEITE CONGELADO

Outro assunto levantado foi a questão do leite congelado. Todo o leite que é entregue congelado, tem sido condenado e

devolvido ao produtor. Esse leite não pode ser aproveitado porque altera a qualidade do produto industrializado.

O leite é formado por glóbulos de gordura, compostos por ácido gráxeos, envolvido por uma membrana. Ao congelar o

leite, essa membrana sofre o mesmo processo. Durante o descongelamento, ela se rompe liberando os ácidos que se misturam ao leite, dando um sabor rançoso.

Os produtores que quiserem evitar o congelamento do leite, poderão colocar uma tábua

de madeira no fundo do congelador. Essa tábua servirá para evitar o contato direto do tarro de leite com o fundo do congelador.

Os freiteiros ainda comentaram o problema do leite agüado, que nesta época do ano vem

aumentando consideravelmente. O veterinário Luís dos Santos pediu a colaboração dos freiteiros no sentido de trazerem amostras em separado, principalmente dos tarros coletivos, para que haja identificação correta do produtor responsável.

Aumente sua produtividade.



Aplique TILT.

Este é o momento certo para você garantir o aumento da produtividade de sua lavoura de trigo.

O uso do novo fungicida Tilt oferece esta certeza, porque ele elimina as maiores responsáveis pela baixa produtividade da cultura: as doenças fúngicas.

Para ir tão longe em termos de controle, Tilt se apóia em seu amplo espectro, qualidade que é consequência de suas características e modo de ação.

Tilt é um produto sistêmico que age e protege o trigo no interior da planta; e não superficialmente como os fungicidas comuns.

Ele previne o desenvolvimento das doenças, mas se elas já estiverem presentes nas plantas, Tilt passa a funcionar como um produto curativo.

Não existe nada igual na Triticultura.

Tilt - o fungicida completo para o trigo.

Vá buscá-lo na revenda ou cooperativa mais próximas.

TILT

TILT NO TRIGO É LUCRO NO BOLSO

CIBA-GEIGY
DIV. AGROQUÍMICA

® Marca Registrada

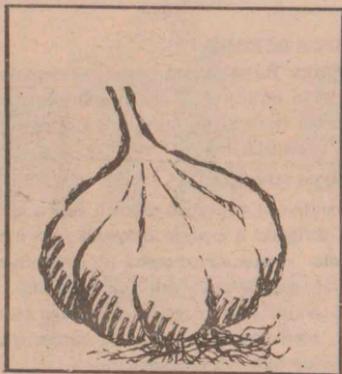
A lavoura do mês

LENTILHA

A lentilha é uma planta de inverno, que deve ser semeada entre 15 de maio até 20 de junho. A terra para plantar lentilha não precisa ser muito fértil, o importante é que não seja compactada, que o sol atinja-a durante maior parte do dia.

Uma prática muito importante na cultura da lentilha é fazer inoculação da semente para garantir a melhor nodulação, lembrando-se que deve ser usado inoculante específico para esta planta, não servindo o mesmo que é usado para a soja.

O espaçamento de 35 centímetros entre linhas, com 30 sementes por metro linear é o recomendado tecnicamente. A cooperativa dispõe de um pouco de semente para distribuição aos associados interessados.



ALHO

O alho agora está sendo semeado, e assim que o solo apresentar boas condições, com diminuição da umidade, as sementeiras terão continuidade, prevendo-se atingir uma área de cultivo semelhante ao ano passado.

A experiência dos anos anteriores tem sido bem clara, ou seja, o alho é uma boa alternativa para quem obtém produto de qualidade, pois alcança melhor cotação comercial, pagando os custos e trabalho do produtor.

A escolha da área onde será cultivado o alho é um

AVISO

Senhores Associados!
Para a sua maior tranquilidade e segurança, ao procurar suas notas de entrega de produto, traga sempre o Bloco Modelo - 4 (Guia de Produtor).

item importante, devendo ser seca e de maneira alguma sujeito a encharcamento. Antes do plantio do alho é recomendável que se adicione matéria orgânica ao solo para melhorar o desenvolvimento das plantas. A distância entre plantas deverá ser em torno de 8 centímetros e 15 a 20 centímetros entre linhas. Com este sistema de plantio se obtém melhor aproveitamento dos defensivos que forem eventualmente aplicado durante o ciclo da planta.

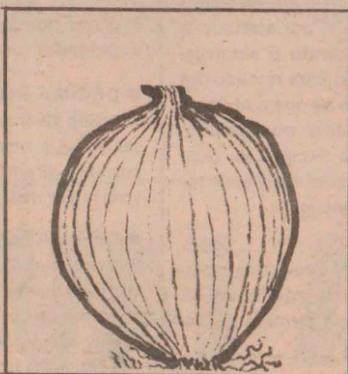


HORTALIÇAS DIVERSAS

As fortes chuvas ocorridas nos últimos dias prejudicaram os cultivos de espécies folhosas, como alface, rúcula e as sementeiras de cebola, repolho e outras, sendo que em muitos casos será necessário a ressemeadura.

Uma prática importante a realizar quando diminuir este período chuvoso, é a escarificação (afofamento) do solo nos canteiros, para que as plantas recuperem o tempo que não cresceram pelo excesso de chuvas. As chuvas intensas que têm se repetido nos últimos anos nesta mesma época, fez com que se aumentasse o cuidado na horta para diminuir a erosão, com melhor localização dos canteiros e desvio de águas que possam prejudicar as plantas.

Os canteiros ou caixas para produção de mudas também devem receber atenção especial, podendo ser cobertos com sacos de adubo trançados ou sacos de estopa, sem que estes encostem nas plantas, mas que impeçam o choque direto da chuva sobre elas.



CEBOLA

As mudas de cebola estão se desenvolvendo muito bem, já estando muitas no ponto de transplante. Em pequenas hortas alguns transplantes já estão sendo feitos.

Aos que ainda não semearam cebola, lembra-se que até meados de junho ainda podem ser feitas se-

meaduras, que os resultados nestes casos em anos anteriores também têm sido animadores. Quando se transplanta as mudas de cebola, é recomendável que se recorte uma parte das raízes para que se acomodem melhor no buraco, e, sempre que se cortar uma parte das raízes, deve-se também encurtar (podar) as folhas para que se mantenha o equilíbrio entre a parte aérea e as raízes.

Lembra-se ainda que a cebola deve ser cultivada em solos mais soltos e, de tal maneira, que não sejam sujeitos a alagamentos ou encharcamento, pois isto é muito prejudicial a qualidade e armazenamento do produto.

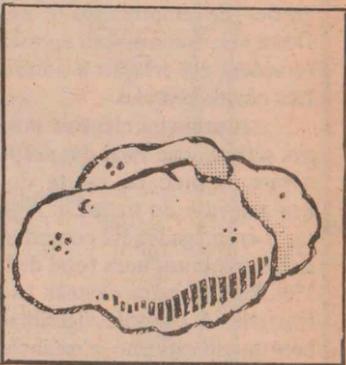
MORANGUINHO

A melhor época para plantio das mudas de moranguinho é maio até início de junho. O plantio depois disto é viável, porém a produção na primeira safra será menor. Os moranguinhos deverão ser cultivados em camalhões de 15 a 20 centímetros de altura, e na medida do possível, preencher os vãos no meio dos camalhões com serragem ou maravalha.

O solo para o cultivo do moranguinho deve ser bem adubado com matéria orgânica, usando-se no mínimo 15 kg/m², podendo ser juntado superfosfato

simples na base de 100g/m² incorporando bem ao solo.

— Mudanças de moranguinho, cultivar Lassen e Taio-ga.



BATATA

As lavouras de safrinha tiveram um desenvolvimento razoável, apresentando em seu final de ciclo ocorrência de moléstias de folha, porém sem trazer grandes danos a produtividade. As lavouras destinadas a produção de sementes se desenvolveram bem e a disponibilidade de sementes deverá ser suficiente para atender a procura. Assim ficou provado que há possibilidade de se obter resultados satisfatórios neste período de cultivo, e este produto normalmente tem boas condições de conservação.

Os pedidos de mudas frutíferas poderão ser feitos nos Departamentos Técnicos das Unidades.

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/ VARIEDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m ² Coração de Boi e Matzukase				12 m ² Matzukase, Chumbinho				12 m ² Matzukase, Chumbinho	
Couve			12 m ² Manteiga				12 m ² Manteiga					
Rabanete	4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho		4 m ² Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada			6 m ² Cultivada		
Cenoura			18 m ² Nantes						18 m ² Kuroda			
Alface	12 m ² Kagriner e Maravilha verão		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Boston Branca e Rainha Mai		12 m ² Kagriner e Maravilha verão		12 m ² Kagriner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m ² Tall Top						18 m ² Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada. P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 pl. Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHETA DO MÊS (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Rabanete, Alface, Rúcula

Outro acordo, com novidade

Está em vigor desde o dia 1º de maio o novo acordo da convenção coletiva de trabalho, assinado entre os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores rurais de Ijuí. Este é o terceiro acordo firmado pelas entidades, que em 1982 decidiram pôr no papel uma série de cláusulas para melhor disciplinar os direitos e obrigações de empregados e empregadores. Desta vez, a convenção apresenta cinco alterações, em relação a anterior, e outras três novas cláusulas.

A primeira cláusula nova é a vigésima sétima, que trata das despesas com funerárias, quando da morte do empregado por acidente de trabalho. A partir de agora, o empregador irá conceder até dois salários mínimos, num total de Cr\$ 194.352,00, para custear os gastos com funerárias. A cláusula vigésima oitava também surgiu este ano, e estabelece uma ajuda de custo de até Cr\$ 20 mil por ano, a ser paga pelo empregador a cada funcio-



Com acordos, trabalhador recorre menos à Justiça para reclamar direitos

nário ou dependentes que estejam estudando. A terceira cláusula introduzida neste acordo, assinado no dia 11 de abril, é a de número 29. Esta determina que o empregado, quando estiver de aviso prévio, poderá ser dispensado antes do vencimento do mesmo, caso encontre novo serviço.

Neste caso, ele receberá apenas os dias trabalhados durante a vigência do aviso prévio. A inovação facilita assim a dispensa do funcionário, para que ele assuma logo o novo emprego.

MUDANÇAS

As alterações na convenção estão

em cinco cláusulas que já existiam. A primeira mudança está na cláusula três, que se refere aos reajustes de salários. Desde o dia 1º de maio, o empregado que recebe até três salários mínimos (Cr\$ 291.538,00) terá reajuste de acordo com o INPC, mais dois por cento. Na cláusula nove, a estabilidade da gestante, que era de 30 dias até o término da licença legal, passa para 45 dias.

Na cláusula 18, o adicional de insalubridade passa de 20 para 30 por cento sobre o salário, quando o empregado lidar com agrotóxicos. As outras mudanças se relacionam com a hora extra. Aos sábados à tarde as extras passam a ter acréscimo de 35 por cento (antes a suplementação era de 25 por cento). Nos dias de semana, as primeiras duas horas extras terão acréscimo de 30 por cento, e não mais de 25 por cento, e as demais 40 por cento, contra os 30 por cento que vigoravam até então.

Três novas cláusulas e cinco alterações

● PRIMEIRA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho alcançará todos os integrantes dos Sindicatos acordantes, sejam quais forem as atividades, funções ou profissões por eles exercidas, dentro da respectiva base territorial das entidades que este subscrevem.

● SEGUNDA

Fica estabelecida a data para revisão, quer por Convenção, quer por Dissídio Coletivo, o dia 1º de Maio de cada ano.

● TERCEIRA

Os empregadores rurais concederão a todos os seus empregados rurais reajustes salariais nos meses de maio e de novembro de 1984 de acordo com a seguinte tabela: o INPC mais dois (2) por cento aos trabalhadores que ganham até três (3) salários mínimos regionais; aos que percebem acima de três (3) salários mínimos regionais, aplicar-se-á um reajuste de acordo com o INPC.

● QUARTA

Devido às peculiaridades do trabalho Agropecuario, as oito (08) horas de trabalho diário, de segunda a sexta-feira, e as quatro (04) horas dos sábados de manhã, poderão ser prorrogadas — respeitando o limite máximo permitido por lei — de tal forma a compensar as quatro (04) horas não trabalhadas nos sábados à tarde.

● QUINTA

Os empregadores rurais, quando necessitarem dos serviços de seus trabalhadores aos sábados à tarde, pagarão as horas trabalhadas com acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) da hora normal.

● SEXTA

Os empregados rurais poderão, a juízo do empregador, prestar serviços suplementares, exceto quanto estiverem justificadamente impedidos. A remuneração das horas extras trabalhadas sofrerá um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da hora normal, até o limite de duas horas diárias; as excedentes serão remuneradas com um acréscimo de no mínimo 40% (quarenta por cento) da hora normal.

● SÉTIMA

Todo empregado terá direito ao repouso semanal. Poderá entretanto, o repouso ser deslocado — no máximo duas vezes ao mês — para outro dia que não o domingo. Caso o domingo ou feriado trabalhados não sejam compensados por outro dia da semana, estes serão remunerados com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

● OITAVA

Os empregadores pagarão a seus trabalhadores rurais não eventuais, salários até no máximo 30

(trinta) dias, quando estes estiverem afastados comprovadamente do serviço — por atestado — para tratamento médico, podendo o empregador exigir atestado de aptidão para reinício das atividades, no que diz respeito ao que o afastou; sendo que em caso de acidente no trabalho, complementarão o Benefício Pecuniário pago pelo FUNRURAL, nos primeiros 90 (noventa) dias, até o limite do salário contratual.

● NONA

Será assegurada a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, do início da gravidez até 45 (quarenta e cinco) dias após o término do período de licenciamento.

● DÉCIMA

A rescisão do contrato de trabalho sem justa causa do chefe da unidade familiar será extensiva à esposa, que exerça atividades ao mesmo empregador.

● DÉCIMA PRIMEIRA

Será acrescido no salário diário do trabalhador não efetivo, um valor proporcional referente ao 13º salário, férias e domingos remunerados incluindo a indenização.

● DÉCIMA SEGUNDA

Nas rescisões de contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, e sem justa causa, inferiores a 12 (doze) meses, ficam os trabalhadores com o direito à indenização, férias e 13º salários proporcionais.

● DÉCIMA TERCEIRA

As rescisões de contrato de trabalho superiores a seis (6) meses, deverão ser homologadas na entidade Sindical dos Trabalhadores.

● DÉCIMA QUARTA

Se a morada oferecida pelo empregador for coletiva, o desconto referente a habitação será dividido pelo número de empregados; mas se os empregados tiverem quartos individuais adequados ao descanso noturno, e com um banheiro pelo menos para cada seis pessoas, o desconto será no máximo de 20% (vinte por cento) para cada empregado, incidindo sobre o salário-mínimo vigente.

● DÉCIMA QUINTA

Fica expressamente proibida a morada coletiva de famílias.

● DÉCIMA SEXTA

O Trabalhador Rural que residir nas propriedades do empregador, terá o direito de permanecer nela até (45) quarenta e cinco dias após a rescisão do contrato de trabalho, quando despedido sem justa causa.

● DÉCIMA SÉTIMA

Toda promessa de comissão sobre a produção

deverá ser anotada na CTPS do empregado ou expressa por outra forma escrita e assinada pelo empregador rural.

● DÉCIMA OITAVA

A título de insalubridade, o empregado nos meses em que trabalhar com pesticidas e agrotóxicos, terá direito ao adicional de no mínimo 30% (trinta por cento) sobre o salário contratual.

● DÉCIMA NONA

Sempre que o empregado tiver contato direto com pesticidas e agrotóxicos, quer seja no preparo ou na aplicação, sua jornada de trabalho diário não poderá exceder a seis horas e meia (06,30), sem prejuízo da remuneração normal.

● VIGÉSIMA

O empregador Rural é obrigado a deixar à disposição do empregado, equipamentos de proteção para a aplicação de pesticidas e agrotóxicos.

● VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os frutos fornecidos pelo empregador a fim de se atender as necessidades exclusivas da família do trabalhador, tais como mandioca, batata, leite, ovos, etc., não serão considerados como salário-in-natura, mas sim uma liberalidade do empregador.

● VIGÉSIMA SEGUNDA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, antes de fornecer credencial para o empregado postular direitos na justiça, deverá comunicar ao Sindicato Rural, para possibilitar acordo extra judicial.

● VIGÉSIMA TERCEIRA

Durante o mês de março de cada ano os empregadores deverão descontar do salários de seus empregados o valor correspondente a um dia de trabalho de cada um, a título de contribuição sindical, podendo abater o valor já recolhido juntamente com o ITR do ano anterior; recolhendo o residual em guia própria, ao Banco do Brasil S/A, até o final do mês de abril de cada ano; o empregador deverá apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores, relação de todos os seus empregados e respectivos salários, durante o Mês de março.

● VIGÉSIMA QUARTA

É obrigação dos empregadores rurais cadastrarem todos os seus empregados no PIS — Programa de Integração Social, quando da admissão destes; cumprindo igualmente com as demais exigências legais decorrentes.

● VIGÉSIMA QUINTA

É assegurado aos trabalhadores rurais o fornecimento de comprovantes de pagamento de salá-

rios, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo, ainda, a identificação do empregador e do empregado.

● VIGÉSIMA SEXTA

Os empregadores, quando da contratação de mão-de-obra assalariada rural, deverão preferir os trabalhadores sindicalizados ou cooperativados.

● VIGÉSIMA SÉTIMA

O Empregador Rural deverá custear as despesas funerárias até o limite de 2 (dois) salários-mínimos regional, quando da morte de empregado por acidente de trabalho.

● VIGÉSIMA OITAVA

Como incentivo a educação escolar, fica o empregador obrigado a custear despesas com material escolar a seus empregados ou dependentes — quando estudantes — até o valor de Cr\$. . 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) por ano a cada estudante, mediante comprovantes da despesa com o referido material escolar.

● VIGÉSIMA NONA

Quando o empregado estiver em aviso prévio e encontrar novo emprego, antes do término do respectivo aviso, deverá ser dispensado do cumprimento do mesmo, e receberá somente, como pagamento, os dias efetivamente trabalhados, ou cumpridos.

● TRIGÉSIMA

Ficam os empregadores incumbidos de proceder o desconto no valor correspondente a um dia de trabalho de seus empregados — associados ou não no Sindicato dos Trabalhadores — por ocasião do primeiro pagamento dos salários já reajustados com base nesta convenção, e posterior recolhimento da importância em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, em favor da entidade Sindical dos Trabalhadores rurais, até o final de junho de 1984.

● TRIGÉSIMA PRIMEIRA

O não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Convenção, implicará na aplicação de multa, no caso do empregador, no valor de Cr\$. 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a ser pago no SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ, e no caso do empregado em 50% (cinquenta por cento) deste valor a ser pago ao SINDICATO DA CATEGORIA PATRONAL.

● FINAL

E por representar o presente instrumento a vontade dos convenentes, firmam esta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em três (3) dias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, sendo uma delas para fins de registro e arquivo na Delegacia Regional do Trabalho.